

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de História

Tatiana Pereira Leite Pinto

Etnicidade, Racismo e Luta em Angola
As Questões Étnicas e Raciais na luta de libertação e no Governo Agostinho Neto

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal Fluminense
como requisito para obtenção de grau de
Bacharel/Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Bittencourt

Niterói
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de História

Tatiana Pereira Leite Pinto

Etnicidade, Racismo e Luta em Angola

As Questões Étnicas e Raciais na luta de libertação e no Governo Agostinho Neto

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção de grau de Bacharel/Licenciatura em História.

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt
Orientador

Prof. Dr. Alexander Gebara
Leitor Crítico

Niterói
2008

Sumário

Siglas	4
Introdução	5
Capítulo I: Panorama dos Anos 1950 e 1960	6
Capítulo II: Luta, Etnicidade e Racismo	20
Capítulo III: Destruir o Velho para Construir o Novo	44
Conclusão	54
Fontes e Bibliografia	56

Siglas

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CIR – Centro de Instrução Revolucionária

CPB – Comissão Popular de Bairro

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação Angola

MUD – Movimento de Unidade Democrática

OMA – Organização das Mulheres de Angola

PCA - Partido Comunista de Angola

PCP – Partido Comunista Português

PDA – Partido Democrático de Angola

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PLUA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

UNTA – União Nacional dos Trabalhadores de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – União das Populações Angolanas

UPNA – União das Populações do Norte de Angola

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma discursos étnicos e raciais estão presentes nos embates políticos e sociais no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) durante a luta de libertação nacional e no pós-independência, marcadamente na periodicidade do Governo Agostinho Neto (1975 – 1979).

Entretanto, não buscarei construir uma História pormenorizada do MPLA; a atenção será dada aos momentos em que os antagonismos e as tensões se chocam e transbordam em tono da problemática racista e/ou étnica. Ao mesmo tempo, acompanharei o modo como o MPLA lidou com questões dessa natureza ao longo de sua trajetória.

Neste sentido, no primeiro capítulo apresentarei os anos 1950, em que de um lado, Portugal buscou reforçar a manutenção do colonialismo em África; de outro lado o início das contestações anti-coloniais. No segundo capítulo, a análise voltar-se-á para o objeto específico deste trabalho: o MPLA e as crises que tiveram lugar ao longo dos quatorze anos de luta de libertação nacional. No terceiro e último capítulo, abordarei o período pós-independente de Angola, buscando as permanências e as conseqüências do tratamento dado pelo MPLA, que se tornara o gestor do Estado angolano, aos fatores étnicos e raciais.

As perguntas a seguir motivaram este estudo, de modo que paulatinamente espero abordá-las e respondê-las. Argumentos étnicos e raciais são suficientes em si mesmos para dar conta dos momentos de crise no interior do MPLA? Racismo tem necessariamente a ver com a cor da pele? Etnicidade guarda relação direta com “as origens” de um indivíduo? Como se relacionou o projeto de nação do MPLA e a realidade pluri-étnica?

I

Panorama dos Anos 1950 e 1960

Contexto Internacional

No contexto dos anos 1950, EUA e URSS, definiram o que foi chamado de Guerra Fria. Interessados em ampliar suas “áreas de influencia”, incentivaram, grosso modo, os movimentos de libertação em África e Ásia. Sendo assim, o contexto das descolonizações, ainda que não necessariamente de forma direta, jogou contra o posicionamento de Portugal.

Cronologicamente, as lutas travadas no continente asiático contra os domínios colonialistas antecederam às lutas africanas. Destacou-se sem dúvida a independência da Índia em 1947, da Indonésia em 1949 ou ainda a do Vietnã em 1945 (apesar do não-reconhecimento imediato pela França e da posterior intervenção dos EUA). É ao longo dessas múltiplas lutas que, do ponto de vista da política internacional, estabeleceram-se vínculos de solidariedade entre asiáticos e africanos. Em torno de interesse comum (da obtenção das independências), nasceu o “afro-asiatismo”: *o grupo afro-asiático torna-se uma entidade desde 1952, quando se estabelece nas Nações Unidas uma cooperação entre países asiáticos e africanos.* (LENTIN, 1977, p. 39)

O Pan-Africanismo – que surgira ainda nas primeiras décadas do século XX – pregava, no plano do discurso, a união dos africanos a fim de conquistar a independência (no sentido geral do continente africano), pois considerando que a partilha da África criara divisões arbitrárias e fronteiras territoriais, sem levar em conta as diferenças étnicas dos povos africanos, defendia a necessidade de organizar federações regionais de Estados independentes que preparassem uma futura constituição dos Estados Unidos da África.

Soma-se a isso a emergência de movimentos nacionalistas na África. As lutas pela independência preencheram toda a década de 1950 (revolta anti-britânica dos Mau-Mau no Quênia em 1951, independência do Gana em 1957, da Guiné em 1958, etc) e, sem dúvida, alcançaram seu ápice no ano de 1960, quando quase 20 países africanos

conseguiram suas independências: Benim, Camarões, Chade, Congo (ex-Congo francês), Costa do Marfim, Gabão, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, entre outros. É certo também que os anos subseqüentes foram marcados pela conquista da independência por outros países. Vale ressaltar que é nesse período da década de 1960 que o Pan-africanismo se manifestou mais intensamente. Ainda que a experiência das tentativas de reagrupamentos políticos de novos Estados não tenha dado certo, não se pode descartar o conteúdo denunciador da colonização européia em África e seu papel na luta pela obtenção das independências dos países ainda submetidos ao colonialismo.

Luso-tropicalismo: componente essencial da ideologia colonial salazarista

Diante deste cenário internacional desfavorável, Portugal sustentou sua decisão de evitar a independência dos seus territórios ultramarinos, em razão não somente do lugar ocupado pela ideologia colonial no regime salazarista, mas também do largo consenso das elites políticas e intelectuais do país sobre o caráter vital da presença portuguesa no ultramar. (LEONARD, *Lusotopie*, 1997)

As mudanças ocorreram no sentido de reforçar a presença colonial portuguesa, como seria o caso da apropriação feita pelo regime salazarista das idéias de Gilberto Freyre, que funcionaram como a última justificativa cultural, histórica e científica para a permanência do colonialismo português na África. Ainda que, num primeiro momento, entenda-se anos 1930, o pensamento de Freyre não tenha tido qualquer aceitação oficial junto ao regime português. Afinal à época, defendia-se o darwinismo social e, deste modo, considerava-se que a mestiçagem trazia conseqüências negativas e que os mestiços eram biologicamente inferiores. A concepção imperial dominante não era compatível com a idéia de fusão de elementos diversos numa nova civilização luso-tropical. (CASTELO, 1999)

Como o luso tropicalismo virara em alguns anos um dos componentes essenciais da ideologia colonial salazarista? A adaptação ao novo cenário internacional realizou-se sobre o plano jurídico, com a revisão constitucional de 1951, que suprimiu a noção de colônias e de império colonial e, criou as províncias do ultramar que foram definidas como partes integrantes do Estado português, solidárias entre elas e solidárias com a metrópole. Logo, indivisíveis, dotadas de uma ossatura administrativa e jurídica, centralizadas em Lisboa. Essa argumentação era importante, pois o que estava em jogo

era à entrada de Portugal na ONU e, para tanto, Portugal deveria agir no sentido de *tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres*, de acordo com o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas. (Artigo 73 da Carta das Nações Unidas, www.unicef.org/brazil/uncarta.htm)

Salazar justificou prontamente a posição portuguesa, defendendo que não existiam territórios separados, todos faziam parte da nação portuguesa, sendo independentes com a independência de Portugal.

No plano ideológico, o regime salazarista se aproximou do luso-tropicalismo e tentou promover imagem de uma presença diferenciada dos outros países no ultramar, fundamentada na transmissão de valores universais (não impostos, não europeus) e na mistura com as populações indígenas numa *comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura*, segundo esse discurso. *Em qualquer parcela do território nacional vigoraria o princípio da igualdade de direitos e de oportunidades de todos os habitantes, independentemente da sua raça: a mestiçagem biológica e de culturas era considerada fonte de progresso e de desenvolvimento.* (CASTELO, 1999, p. 96)

Esse discurso, no entanto, era incompatível com a sociedade colonial e com a existência de um estatuto do indigenato. Como o discurso luso-tropicalista apregoava, oficialmente era possível que qualquer africano negro ou mestiço fosse reconhecido como assimilado e, desta maneira atingir o mesmo *status* legal que um europeu. *Todavia, para se habilitar a tal classificação, o indivíduo tinha de ter 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente, ser trabalhador assalariado, comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhantes ao estilo de vida europeu e não ter cadastro na polícia.* A assimilação, na prática, foi uma eficaz barreira jurídica e cultural, já que, os colonos brancos, mesmo sendo analfabetos eram automaticamente tidos como civilizados. *A segregação racial estava instituída por lei, embora nunca tenha evoluído para um apartheid institucional, similar ao da África do Sul. Contudo, o estatuto do indigenato, que vigorou até 1961, em Angola, Guiné e Moçambique, e do qual decorria toda uma série de legislação complementar, foi a prova mais evidente dessa segregação, encoberta por argumentos de diferenças civilizacionais.* (BENDER, 1980, p. 249)

O fato de Gilberto Freyre ter sido convidado pelo ministro do ultramar, Manuel Sarmiento Rodrigues, a visitar durante mais de seis meses o conjunto das províncias portuguesas, a fim de adaptar suas teorias à África representou a entrada definitiva das idéias luso-tropicalistas na agenda portuguesa. De seu “périplo africano”, Gilberto Freyre retirou as impressões adocicadas que tentou a todo preço igualar a realidade, amalgamando-a no molde luso-tropical e que publicou pouco tempo depois do fim de sua viagem com o título de *Aventura e Rotina*. Como prolongamento de *Aventura e Rotina*, escreve em 1958 *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Em seguida, em 1959, publica uma série de reflexões sobre a integração do português nos trópicos, que é editada sob o nome de *Integração Portuguesa nos Trópicos* e distribuída pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal a todas as embaixadas, delegações e consulados portugueses. Já em 1960, Freyre publica *O Luso e o Trópico* (reflexões dos métodos portugueses de integração com os povos autóctones e de culturas diferentes), na ocasião das comemorações do Vº centenário da morte do infante D. Henrique, nas quais teve participação ativa. (LEONARD, *Lusotopie*, 1997)

Apesar desses esforços da diplomacia portuguesa, o luso-tropicalismo não conseguiu se fortalecer, nem mesmo sustentar por muito tempo, a posição do governo de Lisboa, haja vista, que tal discurso era incompatível com os acontecimentos da década de 1960. No entanto, no plano das mentalidades contribuiu para consolidar certa imagem dos portugueses no plano internacional. Internamente, às margens do discurso oficial, o luso-tropicalismo vai encontrando receptividade em diversos campos e, a doutrina de Gilberto Freyre passa a ser sistematicamente ministrada dentro dos cursos de política ultramarina, inspirando numerosos trabalhos teóricos e de campo. (CASTELO, 1999)

Importante perceber que Portugal não poderia ter tido uma política una para todas as suas colônias, sendo exatamente suas diferentes práticas e sujeitos (cristãos novos, traficantes de escravos, colonos dos mais diversos, exilados políticos) que negam um caráter essencial da colonização e a existência de um luso típico. Some-se a isso o fato da política portuguesa não ter buscado, ao longo do século XX predominantemente a assimilação dos colonizados, que não podem ser tomados como elementos passivos no processo de colonização. Assim, afirmar que existiu *uma* colonização portuguesa em África, é o mesmo que dizer uma frase vazia de sentido. (NETO, *Lusotopie*, 1997)

Efervescência Externa

Pensando exatamente a partir da perspectiva que considera o papel atuante e ativo dos agentes colonizados, não poderia, no contexto dos anos de 1950 e 1960, deixar de destacar o papel da Casa dos Estudantes do Império (CEI), fundada em Lisboa, Portugal, em 1944, a partir da fusão de organizações estudantis que se definiam pelas diferentes colônias. A metrópole recebia constantemente estudantes africanos que buscavam prosseguir com sua formação educacional, uma vez que eram impedidos de seguirem seus estudos nas colônias pela ausência de instituições universitárias. Nesse sentido, *o ambiente pouco acolhedor vivenciado por esses estudantes em Portugal levou a criação de locais para reuniões onde poderiam desfrutar de um maior companheirismo, além de trocarem informações do que se passava na terra. Inicialmente, a tendência foi que tal concentração se desse a partir das colônias de origem; com o tempo e de acordo com as pressões exercidas pelas autoridades portuguesas, centralizaram esses compartimentos dispersos.* A Casa tinha como principais objetivos a assistência social e material aos estudantes, além da valorização cultural do continente africano. (BITTENCOURT, 1999, p.154)

É importante enfatizar que passaram pela Casa distintas gerações de estudantes que não formaram, de modo algum, um bloco homogêneo. Edmundo Rocha forneceu um depoimento precioso sobre a ação política da juventude africana, especificamente angolana, na CEI entre os anos 1954 e 1963. Distingue duas gerações, uma nomeada de os *Mais Velhos* – que compreendia entre outros, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Francisco Tenreiro, Lucio Lara, Marcelino dos Santos – que se filiara ao Partido Comunista Português (PCP) e ao MUD juvenil, movimentos da esquerda portuguesa, e lutaram ativamente pelo fim do fascismo e do governo de Salazar, na medida em que acreditavam que a libertação das colônias passava, prioritariamente, pela queda do então regime português. (ROCHA, 1997)

Outra geração que ficou conhecida como *Nova Vaga* dominou a CEI a partir de 1958 e reuniu nomes como César Monteiro, Edmundo Rocha, Gentil Viana, Iko Carreira, Bento Ribeiro, Daniel Chipenda, Paulo Jorge, entre outros. Imprimiram *um espectacular dinamismo às actividades socioculturais na Casa e carácter mais nacionalista e progressista à acção política, recusando a militância nos partidos e*

movimentos da oposição portuguesa [...] Esta nova geração utilizou a CEI como um decisivo instrumento político. (BITTENCOURT, 1999, p. 104)

A partir de 1955 a Casa foi progressivamente se “africanizando”, isto é, houve a chegada mais sistemática de estudantes negros. *As leituras de escritores africanos de expressão francesa, antilheses, brasileiros, americanos; conferências e debates sobre os mais diversos temas; a participação no movimento antifascista dos estudantes portugueses; as influências políticas exteriores que chegavam de Paris e do Brasil; as independências recentes de vários países do Terceiro Mundo; os contatos regulares com os ‘Mais Velhos’ todos eles marxistas* foram fatores que favoreceram uma conscientização política. (BITTENCOURT, 1999, p. 105)

A CEI teve sua relevância, mas sem dúvida, não foi o único espaço de luta política. Na busca pelo estabelecimento de contatos com Angola destaca-se a relação desses estudantes, especialmente aqueles *Mais Velhos*, com os marítimos e com o Clube Marítimo Africano:

[...] O Clube tinha sido criado [...] não pela camada intelectual mas sim por embarcações [...] Nos anos 1959/1960 contribuiu muito para a ligação da massa intelectual de estudantes e digamos ... com o resto dos outros estratos sociais [...] O pessoal do Clube Marítimo contribuiu muito nesse vai e vêm de documentos, de informação (Entrevista de Ruy de Castro Lopo em Luanda, Angola, 19 de outubro de 1997. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt)

João Vieira Lopes¹ nos esclarece com maior precisão os vínculos estabelecidos entre os estudantes e os marítimos:

[...] Mas é muito antes dos anos 50 que essa ligação entre os marítimos e os estudantes se estabelece. [...] Mas essa ligação, como digo, estabeleceu-se de tal maneira que quando da criação oficial do clube, muitos estudantes, e até indivíduos que já tinham deixado de ser estudantes, licenciados em Direito, em Medicina, fizeram parte dos corpos directivos do Clube Marítimo Africano, porque nós

¹ João Viera Lopes foi por muito tempo militante e dirigente no MPLA.

pensávamos que o Clube Marítimo era um local ideal para trabalhar, justamente, os nossos emigrantes no sentido de os levar para uma direcção mais política do que puramente social, como no principio se previa, através dos estatutos do Clube Marítimo Africano (Entrevista de João Vieira Lopes, JAIME e BARBER, 1999, p. 101)

Entretanto, a despeito das tentativas de uma comunicação mais sistemática com Angola e do desenvolvimento de outras organizações² que pretenderam continuar a crítica ao colonialismo português, as dificuldades estabelecidas pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) quer em Luanda, quer em Portugal, definiram efetivamente o contato esporádico e o desconhecimento do que se passava na então colônia.

Efervescência Interna

Nacionalismo angolano: memórias em disputa

No contexto da luta política interna – marcadamente em Luanda – travada na década de 1950, fundamental é destacar que esta se deu de forma extremamente frágil e fragmentada. Foram organizações políticas que não conseguiram superar seu caráter circunscrito e classista e desenvolveram-se de forma isolada em relação a grande parte da população africana. Muitos desses agrupamentos serão recuperados no debate travado em torno da data de fundação tanto do MPLA quanto da UPA (União das Populações Angolanas)³.

No caso da UPA – e sua matriz UPNA (União das Populações do Norte de Angola), parece ter havido uma manipulação *a posteriori* de sua data de fundação. John Marcum afirma com base nos depoimentos de Eduardo Pinock e Barros Necaca, que Holden Roberto teria antecipado a data de criação da UPNA de Julho de 1957 para Julho de

² Como o Movimento Anti-Colonialista (MAC) e o Movimento de Independência de Angola (MIA). Para maiores informações ver BITTENCOURT, 1999.

³ A UPA, além do MPLA, foi outro movimento de libertação que lutou contra o colonialismo português e apresentar-se-ia ao longo da trajetória do MPLA como um de seus maiores oponentes. Em 1962, a UPA une-se com o Partido Democrático de Angola (PDA) e passa a ser conhecida como Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

1954. René Pélissier também não descarta esta possibilidade, como estratégia em torno da luta pela anterioridade do surgimento da matriz da UPA. Segundo o autor, esta versão sobre a criação da UPNA em 1954 – portanto anterior a 1956, data oficial de criação do MPLA – teria sido divulgada por Holden Roberto, pela primeira vez, na Conferência de Tunis em 1960. (MARCUM, 1969; PELISSIER, 1968)

De todo modo, vamos nos deter ao caso do MPLA, já que ele se configura, propriamente, como objeto de estudo. John Marcum e René Pélissier também abordaram a questão da data de fundação do MPLA e chegam a apontar as contradições em torno da matriz (ou das matrizes) do MPLA (os PLUAS, segundo as duas versões de Mário de Andrade para a criação deste movimento ou o PCA⁴), porém acabam por aceitar a data oficial – 10 de Dezembro de 1956 – como o ano de fundação do mesmo.

O MPLA concretamente [...] aparece já, no estrangeiro, em alguns lugares [...] porque havia a necessidade de exprimir o MPLA por nós como estudantes [...] nós vivíamos ligados a alguma coisa que havia aqui, em Angola, nós éramos estudantes em Lisboa, nós recebíamos orientações através dos boletins que traziam e levavam panfletos, propagandas, etc. O MPLA aparece realmente com o Manifesto, sem se declarar como tal imediatamente em 56 (Entrevista de Lucio Lara em Luanda, Angola, 07 de fevereiro de 1995. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt)

Não é de causar espanto que Lucio Lara, na posição de um dos fundadores do MPLA, defendesse a versão de que o Movimento fora fundado em 1956. A despeito da defesa de Lara, outros integrantes e ex-militantes do MPLA reforçam, com maior ou menor convicção, o fato de nunca terem ouvido falar do nome MPLA antes de 1960, como é o caso de Joaquim Pinto de Andrade⁵, Mário Afonso⁶, entre outros.

⁴ Mario de Andrade seria o responsável pela divulgação de duas versões distintas para a criação do MPLA. A primeira de 1960, afirma que o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) teria sido criado em 1956 e seria um desdobramento do PCA, formado em 1955. A segunda versão, data de 1962 e aponta 1953 como o ano de fundação do PLUA. Para maiores informações ver BITTENCOURT, 1999.

⁵ Joaquim Pinto de Andrade era ex-padre, participou da luta anti-colonial e era irmão de Mario Pinto de Andrade, fundador do MPLA e primeiro Presidente de Honra do Movimento.

⁶ Mario Afonso de Almeida foi um veterano militante do MPLA.

Aliás, os primeiros movimentos políticos que surgem pré-MPLA, que depois se reconhecem no MPLA. Não é como vem na leitura oficial, na versão oficial que se faz a respeito do MPLA, [ou seja,] que os vários grupos que havia: o MIA, MINA e etc. se reuniram, deliberaram reunir-se para formar o MPLA. Não é verdade isso. Essas pessoas nem sabiam. Nem se falava em MPLA. Quando o MPLA surgiu foi então que se organizaram, e se uniram a ele [...] nunca se falou do MPLA até minha prisão que foi já em 60 (Entrevista de Joaquim Pinto de Andrade em Luanda, Angola, 27 de agosto de 1997. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt)

É possível, [que o MPLA enquanto legenda tenha surgido após o 4 de fevereiro de 1961][...] mas não tenho dados concretos para poder afirmar [...] Mas o facto é que o MPLA nasceu, na verdade, da junção desses outros movimentos e partidos que talvez fossem grupos de intelectuais que se formaram em partidos, e nasceu o MPLA, e aparece na verdade a partir de 1961, quando foi aí que os partidos se manifestaram (Entrevista de Mario Afonso de Almeida em Luanda, Angola, 10 de fevereiro de 1995. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt)

Jean-Michel Mabeko Tali analisou “as controvérsias sobre as origens do MPLA”, confrontando a versão oficial de criação do MPLA com os testemunhos orais de Afonso Dias da Silva, Adriano Sebastião entre outras fontes consultadas pelo autor. Tais depoimentos apresentam um MPLA fundado apenas em 1960. (TALI, 2001)

O historiador Marcelo Bittencourt produziu um estudo bastante completo sobre essa questão das dúvidas acerca da data oficial de criação do MPLA, que inclui relatos orais contraditórios elaborados por participantes do movimento. A esse respeito conclui que:

Á exceção do manifesto de 1956, não encontramos nada que comprovasse a sua existência antes de 1960, data que surge a declaração assinada por alguns de seus membros, em 31 de janeiro de 60, juntamente com Holden Roberto, e que marcaria o compromisso de coordenarem a luta contra o colonialismo

português. O manifesto, porém, segundo todos aqueles que contestam a versão oficial, pertenceria ao PLUA e conclama a população angolana a criar um amplo movimento popular de libertação de Angola, propondo-se com isso não a institucionalização de uma sigla, mas sim reunir os esforços dos nacionalistas angolanos até então dispersos. Esse trecho, ao que tudo indica, teria servido – só que bem mais tarde – de inspiração para o nome MPLA. (BITTENCOURT, 1999, 184-5)

Diante dos trabalhos produzidos parece não haver dúvida de que, na verdade, em torno da polêmica da data de fundação do MPLA e da rival UPA existe uma extensa luta política pela anterioridade da criação dos movimentos o que, conseqüentemente, poderia oferecer maior legitimidade na busca de parceiros internacionais. Para além dessa evidente disputa, o MPLA parece ter realmente surgido apenas em 1960.

Não menos polêmico, o ataque as prisões em Luanda em 4 de fevereiro de 1961, na tentativa de libertar presos políticos, também fora alvo da luta entre UPA e MPLA por sua autoria. A despeito da leitura de que os ataques teriam sido coordenados por ativistas luandenses – que no futuro integraram-se às fileiras do MPLA ou da UPA – numa ação local desconectada desses movimentos, é importante ressaltar que o MPLA reclamou no exterior a sua autoria e tornou este acontecimento o marco do início da luta de libertação nacional. (Entrevista de Adolfo Maria, PIMENTA, 2006, p. 49)

Joaquim Pinto de Andrade chega mesmo a admitir, citando uma entrevista de seu irmão Mario de Andrade, que *o nosso movimento tinha certamente militantes no grupo que desencadeou, mas a decisão de cima não veio de nós. Organizaram-se para atacar as prisões, não era o desencadeamento da luta armada [...] 'quando soubemos, através da rádio, do que se estava a passar em Luanda, a nossa resolução foi a de açambarcarmos o acto e assumirmos, naturalmente, esses acontecimentos. Nós soubemos da notícia pela rádio e reivindicámos o acontecimento nacional para o defender, visto que a repressão se tinha abatido imediatamente sobre os nacionalistas. Havia uma grande repressão, e assim podíamos ter voz para defender internacionalmente e para lhe dar uma existência sob o ponto de vista internacional.* (Entrevista de Joaquim Pinto de Andrade, JAIME e BARBER, 1999, p. 94)

Apenas para dar o tom da disputa, a resposta de Holden Roberto, quando questionado se fora a UPA que orquestrara o levante em Luanda, foi afirmativa.

Segundo ele *a propaganda portuguesa, lá fora [dizia que] em Angola não havia descontentamento, em Angola tudo corria muito bem, que o preto angolano não gostava da independência, não queria liberdade, porque estava bem com os portugueses. Então eles precisavam de um sinal para mostrar que havia descontentamento.* (Entrevista de Holden Roberto, JAIME e BARBER, 1999, p. 19)

Resistência e luta: uma leitura a partir da produção cultural

Nota-se uma produção musical nas décadas de 1950 e 1960, que tomam como tema a exploração colonial portuguesa. O historiador Carlos Teles Menezes aponta em seu trabalho *O nacionalismo musical angolano*, tal período como representativo de uma redescoberta cultural, um período de renascimento da música popular no meio urbano e de sua inserção como mecanismo de resistência política. Todavia, sua análise se complica, na medida em que defende que existiria um período anterior de aculturação, como se pudéssemos supor ter havido uma dominação total, global do colonizador sobre o colonizado. Mas sem aprofundar esta questão, o importante é levar em conta que a música popular jogou um papel importante ao difundir uma conscientização política de cunho anti-colonial.

*... sikwela, sipaio, eh
sikwela, sipaio
sikwela, sipaio
kananga katita ...*

*... não me caso com sipaio, eh
não me caso com sipaio
não me caso com sipaio
seu pano é pequeno ...*

(MENEZES, 1998, p. 16)

O não envolvimento com o sipaio, policial africano encarregado de vigiar e reprimir a população africana, deixa claro uma posição de repúdio à ação desse agente do colonialismo que estava muito mais próximo (em relação a outros funcionários) e tinha muito mais impacto sobre a população africana.

Certamente, o grupo mais representativo dessa produção musical dos anos 1950 e 1960 foi o Ngola Ritmos. Construindo uma narrativa sobre as origens do grupo, “Liceu” (Carlos Aniceto Vieira Dias), um de seus integrantes, diz que o *Ngola Ritmos foi fundado exatamente porque havia necessidade de se continuar a fazer um trabalho de divulgação da nossa música, e porque nessa altura [era] pra lá de necessário iniciar-se uma verdadeira fase de consciencialização política ... da chamada consciência nacional ... a par do aproveitamento de temas folclóricos, temas populares que estavam a perder.* (Entrevista com Carlos Aniceto Vieira Dias, Coletânea do Cinema Angolano. Ministério da Cultura, GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional)

Com esse objetivo, a música funcionou como um canal de comunicação e difusão de anseios anti-coloniais feitos na clandestinidade:

Servimos do Ngola Ritmos, do qual eu me sinto parte integrante, para vários trabalhos clandestinos, muito embora as pessoas ... não tinham na altura que a luta era clandestina e portanto, pensavam que o Ngola Ritmos era apenas um conjunto musical, com características angolanas, mas Ngola Ritmos nessa época fez um trabalho clandestino de relevo. Nós organizamos uma vez um piquenique à Funda ... necessitávamos de fazer um esclarecimento ... de caráter político, então organizamos um piquenique em que 90%... 90% não, quer dizer ... nenhuma das pessoas sabiam a razão desse piquenique, no entanto, foi através do Ngola Ritmos, através de sua música, que nós conseguimos mobilizar, posso bem dizer, que quase que 90% da população de Vila da Funda para um esclarecimento ... servimos também do Ngola Ritmos para vários trabalhos clandestinos no Sambizanga [...]

E o Ritmo se fez história, e a história deu Ngola Ritmos ... ritmos de luta, ritmos de consciência, de coragem, de paciência. Ritmos de anos e noites, dias, longas semanas de minutos e séculos. E o ritmo se fez luta, e a luta, vitória. É preciso contar. É preciso cantar. (Entrevista do Grupo Teatral Gesto. Coletânea do Cinema Angolano. Ministério da Cultura, GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional)

Seguindo na mesma perspectiva, Agostinho Neto⁷, enquanto poeta, aponta, em algumas de suas poesias, como em *Civilização ocidental* e *Adeus à hora da largada*, para os dissabores da exploração sob a qual eram submetidos os angolanos: para as condições precárias de vida, para a fome, o trabalho forçado, a falta de educação escolar, etc. O branco, português, nesse sentido, alvo da crítica a situação vivida é àquele a que se deve combater. Cabe ao futuro a expectativa de tempos melhores, quando então a liberdade seria alcançada pelo fim da “escravatura”: (NETO, 1974, www.sitedeliteratura.com/Poesias/A_netol.htm)

Adeus à hora da largada
Agostinho Neto

Minha Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida
matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero
sou aquele por quem se espera

Sou eu minha Mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
partidos para uma fé que alimenta a vida

Hoje
somos as crianças nuas das sanzalas do
mato
os garotos sem escola a jogar a bola de
trapos
nos areais ao meio-dia
somos nós mesmos
os contratados a queimar vidas nos
cafezais
os homens negros ignorantes
que devem respeitar o homem branco
e temer o rico

Civilização ocidental
Agostinho Neto

Latas pregadas em paus
fixados na terra
fazem a casa

Os farrapos completam
a paisagem íntima

O sol atravessando as frestas
acorda o seu habitante

Depois as doze horas de trabalho
Escravo

Britar pedra
acarretar pedra
britar pedra
acarretar pedra
ao sol
à chuva
britar pedra
acarretar pedra

A velhice vem cedo

Uma esteira nas noites escuras
basta para ele morrer
grato
e de fome.

⁷ Agostinho Neto foi presidente do MPLA, na época da luta de libertação contra Portugal e, após a independência tornou-se Presidente de Angola.

somos os teus filhos
dos bairros de pretos
além aonde não chega a luz elétrica
os homens bêbedos a cair
abandonados ao ritmo dum batuque de
morte
teus filhos
com fome
com sede
com vergonha de te chamarmos Mãe
com medo de atravessar as ruas
com medo dos homens
nós mesmos

Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
Vão em busca de vida.

A título de ilustração da situação colonial, podemos destacar que mesmo no espaço do cinema, entendido como lugar de entretenimento, o *establishment* social se mantinha. Em outras palavras, o cinema, assim como outros locais, foram espaços onde a segregação e categorias jurídicas do sistema do indigenato eram produzidas e mantinham-se vivas, como muito bem salienta Marissa Moorman. Até o fim de 1961, filmes europeus estiveram em cinemas predominantemente freqüentados por brancos e alguns seletos africanos, qualificados de assimilados, como o Cinema Nacional e, filmes de faroeste e kung-fu em cinemas como o Cinema Colonial e Ngola, predominantemente freqüentados por “indígenas”. O corte racial é fundamental para entendermos o cinema colonial. Se as localidades dos cinemas denotavam a fronteira entre o centro da cidade colonial e as margens urbanas, os assentos seguiam a definição colonial de categorias sociais. Isto é, os bancos próximos à tela eram destinados àqueles “sem sapato”; logo atrás destes, estavam os assentos chamados de cadeiras, onde somente assimilados eram permitidos. Em seguida, havia assentos mais modernos, também de madeira e por vezes estofados, onde eram admitidos alguns assimilados e portugueses da vizinhança. (MOORMAN, *Ethnic News Watch*, Fall 2001, vol. 32, nº3)

II

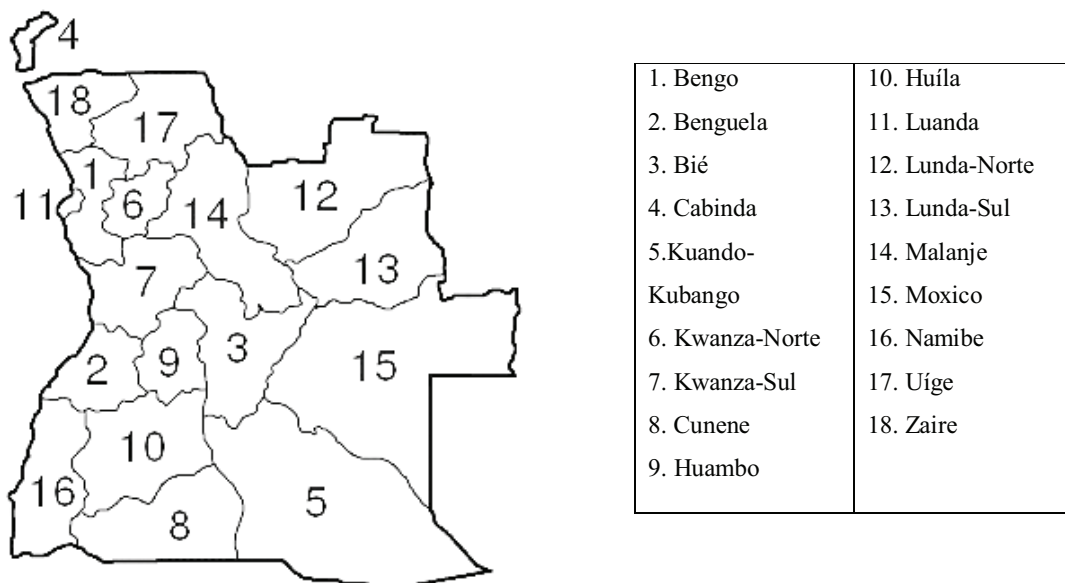
Luta, etnicidade e racismo

O MPLA que em 1961 declarou-se responsável pelo 4 de Fevereiro, era, sem dúvida, até aquela altura, um movimento fundamentalmente presente e consistente no exterior, centrado em torno das figuras de Mario de Andrade e Viriato da Cruz. A frágil junção, entre estes que estavam fora e aqueles que permaneceram em Angola, realizada por Agostinho Neto, que estivera, no período em que estudou em Portugal, em contato com as aspirações nacionalistas dos ‘pais fundadores’ exilados logo seria interrompida pela ação colonial repressiva, que decretara a prisão de Neto. (TALI, 2001, p. 67)

Organizado desta forma no exterior, inicialmente em Conakri e em seguida em Leopoldville, o MPLA definira, a partir do 4 de fevereiro, a região ao Norte de Luanda como sua I Região Político-Militar, o que deve ser compreendido a luz da necessidade de marcar sua posição enquanto movimento de libertação, mesmo que seja bastante questionável a capacidade efetiva de luta contra o colonialismo português.

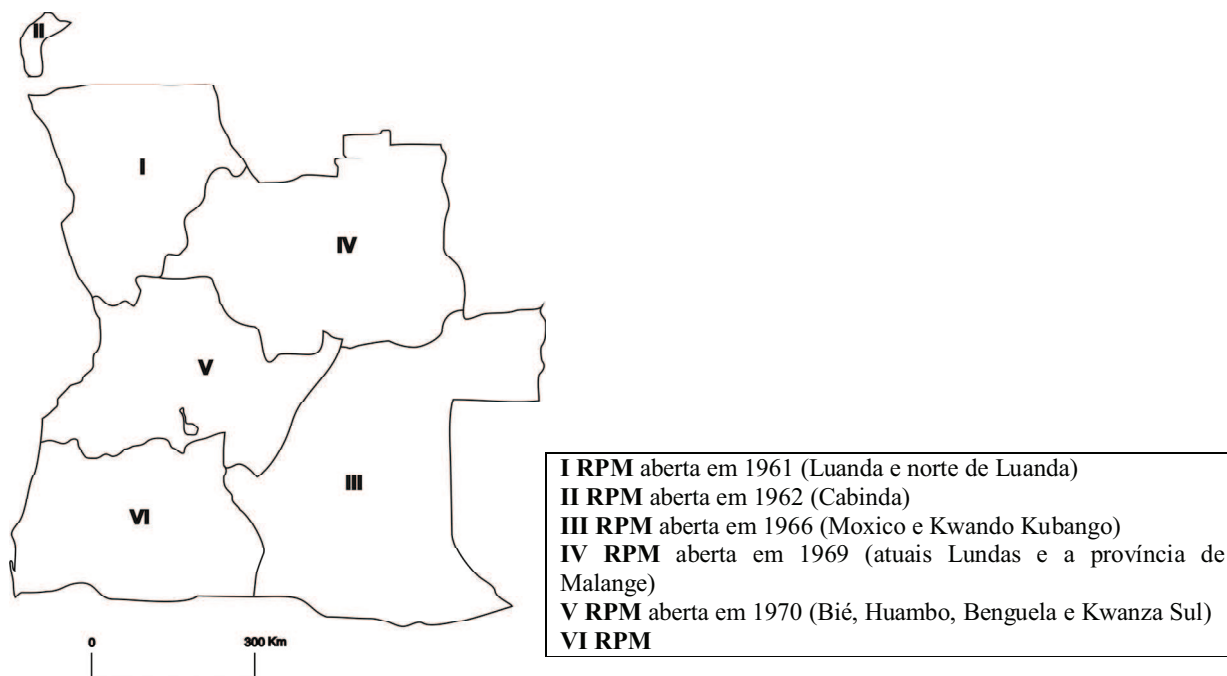
Mapa 1: Províncias de Angola

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Prov%C3%ADncias_de_Angola



Mapa 2: Regiões Político-Militares do MPLA (RPM)

Fonte: Tali, 2001, p. 121



Sem pretender, entretanto, construir a História completa do MPLA em todos os seus pormenores, a atenção será dada aos temas e por conseguinte, aos momentos em que os antagonismos e as tensões se chocam e transbordam em tono da problemática racista e/ou étnica, quase sempre descrita pelos envolvidos como tribal.

Deste modo, não poderia iniciar a apresentação dessas questões sem abordar aquela que ficou conhecida como a primeira grande crise no interior do MPLA, envolvendo nada menos que um de seus maiores expoentes: Viriato da Cruz.

Dissidência de Viriato da Cruz: a primeira crise interna no seio do MPLA

Instalado em Leopoldville desde setembro de 1961, o MPLA se viu a partir de então, numa área de influência da UPA/FNLA e teve que enfrentar as condições adversas que decorreram deste fato. Não obstante a boa relação que a UPA/FNLA mantinha com o governo local e com a população imigrante angolana majoritariamente bakongo, o

MPLA ainda sofreu duramente, *com a existência de elementos mestiços na direcção e na estrutura [...] [esta configuração] serviu amplamente ao discurso da FNLA, que procurava fazê-lo passar por um movimento de 'filhos de portugueses' e de privilegiados.* (TALI, 2001, p. 77)

Mapa 3: Grupos Etnolinguísticos de Angola

Fonte: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://bp2.blogger.com/>



Diante não só da crítica externa, mas também da dificuldade interna de mobilização de quadros, surgiu a ideia da retirada estratégica de todos os mestiços das estruturas da Direção. Contrariando, neste sentido, um dos pilares em que se fundava o próprio movimento baseado na ideia de unidade da luta e da angolanidade, ultrapassando argumentos e considerações de fundo racial.

A proposta fora sugerida pelo Secretário Geral do MPLA, Viriato da Cruz, ele mesmo um mestiço, e debatida na Reunião do Comitê Diretor, ocorrida entre 13 e 23 de maio de 1962. A questão foi evidentemente polêmica e em torno dela não se chegou a um consenso, embora, ao final, a proposta tenha sido aprovada. Em defesa do afastamento estavam especialmente Eduardo dos Santos e Viriato da Cruz. Este último argumentava que:

A colonização foi feita na base do racismo. Para o negro não se fez esforços para educação. Não é uma tática ingênua. É uma tática defensiva [a saída dos mestiços e brancos] e não ofensiva. Estou convencido que não faço uma política racista [...] Só depois de estarmos em Angola é que temos força. Só depois de uma fase elevada é que o Povo compreende. Não é ceder as intrigas da UPA. Ela trabalha num preconceito das massas. A UPA não cria nada. (Acta da Sessão de 21 de Maio [Acta 2] da reunião do Comitê Director, ocorrida entre 13 e 23 de maio de 1962, TALI, 2001, p. 312)

Entre os argumentos daqueles que não aceitavam a exclusão dos quadros mestiços, vale a pena destacar o de Mario de Andrade, a respeito exatamente de sua leitura acerca da unidade nacional:

São angolanos pretos e mulatos. [...] A unidade angolana não tem poderes para nos passarem certificados. A unidade existe em nós sendo mulatos, pretos ou fulos. [...] Devemos é tomar uma posição sobre as acusações que nos fazem. Que atitude devemos tomar perante as atividades deste género? A nossa presença provoca as massas e veremos se somos nós que faremos triunfar ou ceder e cair na política racista. (Acta da Sessão de 21 de Maio [Acta 2] da reunião do Comitê Director, ocorrida entre 13 e 23 de maio de 1962, TALI, 2001, p. 314)

Essas contradições que surgiram no MPLA não devem ser encaradas como um problema simplesmente de carácter racial, como se o problema estivesse, na origem, na cor da pele. O racismo aí resulta de lutas concretas em torno de recursos de poder e das dificuldades enfrentadas pelo movimento àquela altura.

O que estava em jogo era a legitimidade do mestiço e do intelectual, além do lugar que deveriam ocupar na luta. Ocorreu uma conjugação, uma espécie de amálgama que juntava na crítica feita pelos negros, a questão racial e a formação educacional, na medida em que os estudos universitários eram definidos como privilégios dos mestiços

– o que poderia significar que o MPLA apenas reproduzia as mesmas estratificações do sistema colonial, o mesmo cortejo de discriminações.

Entretanto, a decisão pelo afastamento estratégico foi, na seqüência dos acontecimentos, duramente criticada pela figura que surgia como líder do MPLA: Agostinho Neto. Designado Presidente de Honra do Movimento, mostrou-se profundamente contrário a teoria do “recoo tático”, defendida por Viriato da Cruz, incluindo no novo Comitê Diretor elementos mestiços em posições de destaque (Lúcio Lara, Iko Carreira e Aníbal de Melo). Sua defesa foi baseada no princípio da participação política sem distinções raciais, deixando claro que não toleraria o *tribalismo*, o regionalismo ou a intolerância racial, nem as distinções de carácter político e religiosa. (TALI, 2001, p. 80)

Para além das distintas posições de Agostinho Neto e Viriato da Cruz na questão acima mencionada, a crise que se instalou – e que teve como palco a I Conferência Nacional do MPLA em dezembro de 1962 – derivava também de outros elementos, pois relacionava-se com perspectivas divergentes quanto a gestão da luta e sobre a relação com o movimento rival, a UPA/FNLA.

As posições demonstravam ser irreconciliáveis e Viriato da Cruz optou pela saída do movimento. O MPLA já se encontrava dividido antes mesmo da I Conferência Nacional no fim do ano de 1962. Mas é ao final desta, e com a confirmação da vitória das posições de Agostinho Neto que a dissidência se concretiza.

Apesar do reforço de Agostinho Neto de rechaçar qualquer consideração de carácter étnico, racial ou social, as lutas internas em torno dessas questões não deixariam de existir no MPLA. Aberta a IIª Região neste mesmo ano de 1962, na busca pela ampliação da atuação do MPLA, as interpretações feitas a respeito das dificuldades enfrentadas em Cabinda novamente remete aos temas em evidência.

Outra possibilidade de observação

Sem dúvida o romance *Mayombe*, de Arthur Pestana dos Santos, Pepetela, apresenta-se como fonte preciosa para fazermos uma aproximação a IIª Região e aos temas que nos interessam. A obra apresenta de forma contundente questões como regionalismo, etnicidade, individualismo, apropriação de mecanismos de poder, elitismo na atividade política, degeneração dos quadros políticos, ou em outras palavras, a

capitulação pela burocratização, relações intelectuais/vanguarda, base/militância, etc. (SANTOS, 1982)

Muito já se escreveu sobre as relações entre o ofício do historiador e o ofício do cronista e como eles estão bem próximos, já que, para ambos, o tempo é a ferramenta de trabalho e também os dois operam uma leitura do real, selecionando, interpretando. No caso em questão trata-se de um romance que também passa por esses mesmos processos. *Mayombe* é um texto datado que constrói uma memória de um tempo, desenha identidades, identidades de uma geração, de um grupo, ou seja, é uma versão de uma memória coletiva, não deixando, no entanto, de revelar tensões e conflitos, com o atrativo complexificador do autor ter passado pela mesma experiência guerrilheira.

Mayombe conta a história de um grupo de guerrilheiros do MPLA na luta pela independência de Angola, dentro da floresta que dá nome ao livro, em Cabinda, na base guerrilheira, na cidade, especialmente de Dolisie (no Congo) e nas articulações políticas do movimento. É a trajetória de formação de uma nova frente, que enfrenta o descrédito da população local e que levanta a questão da articulação da luta, uma vez que, a I Região já encontrava-se isolada.

Cada personagem é porta voz das contradições da sociedade angolana que foram levadas para o interior do MPLA, descortinando suas fissuras, por meio das constantes reflexões que invadem o romance e segredam somente ao leitor suas opiniões e trajetórias de vida.

O mestiço, por exemplo, foi construído como um indivíduo complexado, que não sabia qual era seu lugar, pois, trazia em si o pecado original de ter ascendência branca, e desta forma sofria de uma angústia constante de ser taxado de medroso, ou mal guerrilheiro por ser mestiço. Fato que fica mais claro na seguinte reflexão:

Num universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não para quem quer ouvir sim e significa sim para quem quer ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? Sou eu quem devo tornar-me em sim ou em não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez?
(SANTOS, 1982, p. 7)

ou ainda, nesta outra:

Mas quando os outros estão lá, a controlar-me, a espiar-me as reações, a ver se dou um passo em falso para então mostrarem todo o seu racismo, a segunda pessoa que há em mim predomina e leva-me a dizer o que não quero, a ser audaz mesmo demasiado, porque não posso recuar. (SANTOS, 1982, p. 43)

Em torno do personagem caracterizado como o intelectual são levantadas, ao longo de todo romance, críticas ácidas por parte dos guerrilheiros. O intelectual era aquele que possuía um percurso bastante definido, isto é, muito frequentemente teve oportunidade de estudar em universidades europeias, ou no mínimo, havia estudado mais que a maioria da população. Deste modo, compunham os quadros burocráticos, distanciavam-se dos campos de guerrilha e geralmente eram mestiços. Assim, ser intelectual, na visão dos guerrilheiros, era mal. Já que, nunca poderiam compreender os dissabores pelos quais a população passava, pois seus filhos ou irmãos não haviam sofrido o impacto da guerra contra o colonialismo. Todavia, se o intelectual por ventura participasse efetivamente do front de combate, encontrava na luta contra o inimigo uma espécie de redenção, compensação, visto que, esta era a chance de provar o compromisso com a causa revolucionária.

A questão étnica é mais um tema debatido em Mayombe e vem à tona sempre em momentos de tomada de decisão. Observemos esta passagem:

Os intelectuais têm a mania de que somos nós, os camponeses, os tribalistas. Mas eles também o são. O problema é que há tribalismo e tribalismo. Há o tribalismo justo, por que se defende a tribo que merece. E há o tribalismo injusto, quando se quer impor a tribo que não merece ter direitos [...] é verdade que todos os homens são iguais, todos devem ter os mesmos direitos. Mas nem todos os homens estão no mesmo nível; há uns que estão mais avançados que outros. São os que estão mais avançados que devem governar os outros, são eles que sabem. É como as tribos: as mais avançadas devem dirigir as outras, e fazer que estas avancem, até se poderem governar [...] Que sejam os verdadeiros filhos do povo, os genuínos, a tomar as coisas em mãos. (SANTOS, 1982, p. 48)

É importante ressaltar que as diferenças raciais, étnicas ou regionais são usadas pelos guerrilheiros para explicar a miséria de cada um e criar bodes expiatórios sobre quem se atribui a culpa, sem abordar e examinar outros fatores e outras causas dos desequilíbrios políticos, sociais e econômicos. Desta forma, fica clara a relação existente entre distribuição desigual de oportunidades, sentimento de pertença a um grupo, produção de estereótipos e hierarquização dos grupos etno-linguísticos. (SERRA, 2000)

Por fim, uma preocupação que perpassa todo o livro, sendo também o projeto do autor, é o fato do MPLA estar profundamente empenhado na formação da nação. Mais do que isso, enxergava-se como O agente construtor da nação angolana. Desta forma, as divisões, as tensões, as controvérsias da IIª Região e da luta de libertação são conciliadas por meio do combate ao “tuga” e em torno do desejo de unificação, em nome da Angola do futuro. Porém, será que esta ânsia por união não passou por cima de questões que precisavam ser debatidas e demonstrou, na verdade, uma imensa fragilidade?

É com este questionamento em mente que me debruçarei sobre a IIIª Região Político – Militar, a Frente Leste, em sua complexidade, abordando as características, as dificuldades e as revoltas que lá passaram.

Guerrilha na Frente Leste: características, dificuldades e revoltas

Diante das dificuldades enfrentadas na Iª e IIª Regiões, a abertura da IIIª Região – da Frente Leste – em 1966 e o sucesso da luta nos primeiros anos, representaram para o MPLA, não só a conquista de novas bases de apoio como, de forma geral, o avanço da luta contra Portugal e contra a FNLA.

A região Leste de Angola sofreu, historicamente, grande descaso por parte da administração colonial e, por este motivo, o isolamento daquelas populações terminou por ser inevitável, sendo os contatos com outras localidades da colônia bastante escassos. Essa situação fez com que estas populações apresentassem duas especificidades que acabaram por se configurar como obstáculos para a mobilização de quadros pelo MPLA: o baixíssimo índice de escolaridade e o desconhecimento da atuação colonial. Nestas circunstâncias, não é difícil imaginar o motivo da transferência de militantes formados da IIª Região para aquela região.

Às dificuldades do MPLA na mobilização de quadros, somar-se-iam outras dificuldades relacionadas ao acesso e obtenção de armamentos e suprimentos em geral. Ao contrário do Congo-Brazzaville, a Zâmbia não possuía saídas para o mar, e por isso o MPLA não podia beneficiar da proximidade portuária de que gozava naquele primeiro país. As armas tinham, com efeito, de percorrer 3.000 quilômetros de vias pouco pavimentadas, entre o porto de Dar-Es-Salaam, na Tanzânia, e a fronteira de Angola com a Zâmbia. (TALI, 2001, p. 119)

Além disso, a condição *sine qua non* para utilização do território zambiano era a preservação do Caminho-de-Ferro de Benguela, via férrea importante economicamente para a Zâmbia e para o bom funcionamento da economia colonial. O que significava dizer que uma atuação mais destacada do MPLA na região, poderia gerar o fechamento da ferrovia e a conseqüente crise na economia zambiana. Este estado de coisas colocava o MPLA e o governo do país hospedeiro em permanente suspeição. O ano de 1966 também foi marcado pela criação da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que liderada por Jonas Savimbi, dissidente do movimento de Holden Roberto (FNLA), teve, naquela região, considerável expressão.

Apesar de todas as adversidades, o MPLA avançaria progressivamente pelos territórios do Leste da colônia, abrindo a IV^a e V^a Regiões Político-Militares. Entretanto, a contra-ofensiva militar do exército português começaria a colocar a luta em situações verdadeiramente alarmantes e os problemas da guerrilha começaram a avolumar-se de modo a enveredarem pelo caminho da crítica e, em seguida, para a contestação aberta.

Em um contexto em que as carências eram de todas as ordens, as diferenças na distribuição de armamentos, alimentação, utensílios, vestuário disponibilizados entre a base guerrilheira, recrutada junto as populações locais, e os comandantes, majoritariamente do Norte do território angolano, começaram a ser cada vez mais motivo de tensões.

As críticas aos kamundongos ou kambunkoyos, como eram chamados os do Norte, ganharam um tom reivindicativo. Daniel Chipenda, representante do MPLA na Zâmbia, confirma esse elenco de reclamações e torna evidente o fato dos argumentos terem se investido de um caráter regionalista.

Eles faziam, realmente, várias reivindicações: que nós [da Direção] não mandávamos os camaradas do Leste para estudo, que só os

mandávamos para fazer a guerrilha, que eram carne de canhão, que eles [...] não tinham as mesmas regalias dos que vinham de outras partes do país, que quando se encontravam lá fora nos treinos, os que vinham de Brazzaville e os que vinham do Leste, havia realmente uma diferença entre uns e os outros. [...] Bem, eu achei que as reivindicações eram justas, agora a forma como se manifestavam é que era imprópria no nosso movimento; quando dissemos que não aceitávamos o tribalismo, aí houve, realmente, um quê de tribalismo. (Entrevista de Daniel Chipenda, JAIME e BARBER, 1999, p. 146)

As revoltas ocorridas nesta Frente foram à expressão dessa série de descontentamentos. A primeira delas ocorreu em torno de Jibóia (1969), Diretor Adjunto do Centro de Instrução Revolucionária (CIR) na IIIª Região, que mobilizou integrantes do movimento e organizou uma marcha em direção à fronteira com a Zâmbia para expor a Direção suas principais reivindicações. Essa contestação foi, ao longo do percurso até a fronteira, se fragilizando, de modo que não conseguiu obter êxito. O desfecho deu-se com a punição e o isolamento de Jibóia.

Assim como acontecera três anos antes, durante a “Crise Jibóia”, o contexto de luta em 1972 era extremamente difícil. Tal situação permitiu mais uma vez que aquela série de descontentamentos, que certamente não desaparecera, viesse a tona com nova força e novo peso. Daniel Chipenda que fora intermediário entre a Direção Política e Jibóia pôde por esse facto, [ter] a primazia no conhecimento do conteúdo do caderno reivindicativo devidamente redigido pelos revoltosos e destinado ao presidente do MPLA. Foi a partir daí que, acabou por tornar-se o novo porta-voz das contestações. Seu discurso sobrepôs o fator racial ao regional, acusando os dirigentes mestiços e brancos do Norte de gozarem de regalias e de sustentarem os melhores postos nas estruturas do movimento. Sem dúvida a posição de muito mais destaque político de Chipenda – em relação à Jibóia – representou uma fissura muito mais profunda no seio do MPLA. (TALI, 2001, p. 139)

Houve a tentativa de solucionar tais questões através do mecanismo que se tornou prática política do MPLA, conhecido como Movimento de Reajustamento. A respeito disso conta-nos Adolfo Maria que

[...] Perante a catastrófica situação nesta Frente e no MPLA em geral, Gentil Viana teoriza e propõe o Movimento do Reajustamento que o Presidente aceita. Este projecto foi tido como fundamental para se conhecerem ao vivo os problemas que existiam na nossa organização política e militar, corrigir os erros e restabelecer a democracia interna no seio do MPLA. O seu ponto de partida era pôr as massas, os militantes e os quadros a falarem de todos os problemas do MPLA, sem qualquer coacção. (Entrevista de Adolfo Maria, PIMENTA, 2006, p. 102)

Do ponto de vista estrutural, a primeira operação do movimento de reajustamento consistia no congelamento do Comité Director e de todos os órgãos directivos (militantes e dirigentes ficavam em pé de igualdade); a segunda era a discussão propriamente dita no seio de militantes e população; a terceira era a eleição, por assembleia de militantes activos, de um órgão dirigente provisório para a respectiva região, órgão chamado Comissão Provisória de Reajustamento. Essa comissão deveria escolher os membros que integrariam o novo Estado-Maior militar da região e continuar o processo de discussão que fora encetado. (Idem, p. 104-5)

A despeito disso, o Movimento de Reajustamento não solucionou as adversidades específicas da Frente Leste, não tornando possível uma conciliação das diferentes posições. Desta forma, o abandono de Daniel Chipenda do Movimento de Reajustamento configurou, definitivamente, a ruptura com Agostinho Neto e com a Direção.

A interpretação da Direção do movimento das acusações consistiu em afirmar que Daniel Chipenda foi movido por ambições pessoais, arquitetando atentados para assassinar Agostinho Neto, aspirando tornar-se líder do MPLA, além de ser taxado de tribalista e colaboracionista da UNITA.

É certo, entretanto, que a acusação de tribalista e racista, tão explorada na retórica oficial, não pode ser na análise proposta suficiente (em si mesma) para o entendimento das querelas. A questão não foi uma diferença essencial entre brancos e negros, ou entre as diferentes regiões e seus grupos étnicos, como se etnicidade e racismo preexistissem às relações sociais, como algo dado, e não construído. Ao contrario, parece ter ficado claro que o carácter etno-regionalista e racista da contestação de Daniel Chipenda,

enquanto mecanismos de estigmatização e desqualificação do “outro”, foi ativado através de seu discurso, em circunstâncias de desigualdades flagrantes. O que estava em jogo era a luta – política – em torno dos diversos recursos de poder e da obtenção dos mesmos.

Reajustamento na Frente Norte

Porquê que se encontra em minoria os mestiços nas zonas de combate, com armas na mão? Se os deveres são iguais, porque é que não haja igualdade? São apenas os angolanos obrigados a ir em frente do canhão, enquanto que estes ocupam os postos da retaguarda sobretudo centro dos mestiços em Brazzaville. Este aspecto visa precisamente para conservar as suas vidas, para apenas amanhã serem chamados nas cadeiras dos Ministérios; porque na verdade eles não estão dispostos a dar suas vidas pela causa da pátria, esperando que tudo se faça pelo sacrifício de alguém. Esta posição é oportunista. [...] Existe mais privilégios para os intelectuais mestiços, em busca ou em visita aos seus familiares, em França, em Argel, etc., etc. São aceites em constituir famílias com estrangeiras, direitos esses que os puros filhos de Angola não os têm. O que é grave. [...] Nós militantes, filhos de origem da camada mais explorada, pedimos a substituição imediata de todos os mestiços, ao nível da direcção do Movimento, assim como em outros departamentos que constituem a segurança e a vida do Movimento e da Luta (Manifestação Político-Militar dos Militantes da I Região, TALI, 2001, p. 339)

O manifesto produzido por militantes da Iª Região que foram a Brazzaville reivindicar recursos materiais e logísticos, oferece com bastante clareza o nível de fragmentação e de tensão que se configurou também nesse espaço de luta. A IIª Região sofria da estagnação da luta, já na Iª Região, o isolamento levou a insatisfação generalizada de guerrilheiros que colocaram em questão a capacidade da Direção Política de conduzi-la. O episódio do seqüestro de Lúcio Lara, em Brazzaville em 1972

e a apresentação do Manifesto destacado acima pelos guerrilheiros da Iª Região foi o estopim que faltava para a deflagração de uma crise mais profunda na Frente Norte.

O Manifesto delineia de maneira bastante contundente o lugar dos brancos, mestiços e intelectuais, assim como sua legitimidade na luta de libertação. Mais uma vez é agudamente percebida a assimétrica distribuição de privilégios que, em uma leitura racial, incluíam estes em detrimento dos negros. Na construção dessa imagem, mestiços, brancos e/ou intelectuais foram severamente estigmatizados pelas posições que estes elementos ocupavam no funcionamento e na estrutura do Movimento.

Não se pode negar que, de fato existia uma certa desproporção entre o número de indivíduos brancos e mestiços e os cargos na estrutura do Movimento. No entanto, é preciso perceber que muitos destes quadros tiveram oportunidade de obter formação escolar e universitária, fato que os tornava mais capacitados para assumir determinados postos. A hipótese que defendo é que o posicionamento desses quadros na Direção do MPLA se deu não por um filtro racial, mas sim por uma estratégia que levava em conta a disponibilidade de quadros capacitados. De qualquer modo, estas circunstâncias geraram conflitos que marcaram este episódio e muitos outros na história do MPLA.

Ainda em 1972, houve a tentativa de solucionar a crise provocada em Brazzaville, através de uma Assembleia Geral. Segundo a resolução, *a assembléia exprime a necessidade dos mestiços e intelectuais em geral de participarem de modo mais efectivo nas frentes de combate no interior do país, evitando atitudes oportunistas que os retenham na retaguarda sem razões válidas [...] No que respeita aos indivíduos de côr branca a assembléia é de opinião que estes nunca devem exercer funções directivas nem ter acesso aos documentos ou problemas confidenciais e vitais para nossa organização. O fim da Assembléia e as conclusões a que chegaram marcou certamente o inicio de um processo de marginalização de brancos e mestiços e ficou, por certo, longe de superar os conflitos.* (Resolução da Reunião ocorrida em Dolisie em abril de 1972, TALI, 2001, p. 340)

É nesse contexto que no ano seguinte, é lançado o Movimento de Reajustamento na Frente Norte, na esteira daquele que acontecera no Leste, como um novo esforço de resolver essas clivagens.

Primeiramente houve uma série de reuniões entre alguns militantes em Dolisie, em seguida, esses militantes separaram-se e espalham-se para as localidades de atividade do MPLA como Brazzaville, Matsende e as bases Kalunga e Enérgico. O próximo passo foi à reunião nas bases em grupos, nas quais ficaram claras as tensões que perpassavam

a Iª e IIª Regiões, trazendo à tona discussões acerca do racismo, regionalismo, individualismo, apropriação de mecanismos de poder e do elitismo na atividade política, degeneração dos quadros políticos, ou em outras palavras, a capitulação pela burocratização, relações intelectuais/vanguarda, base/militância, desvios de várias ordens, favorecimento da Frente Leste em detrimento da Frente Norte. Por fim, os militantes deveriam fazer um relatório que contivesse as críticas dos guerrilheiros e retornar a Brazzaville para o encontro com os outros grupos. Após reuniões em Brazzaville, alguns militantes ativos (Adolfo Maria, Maria do Céu Carmo Reis, Gentil Viana, Monstro Imortal, etc.) decidiram que era preciso um aprofundamento no Movimento de Reajustamento que, englobasse mais discussões entre os integrantes, já que os objetivos não tinham sido alcançados.

Diante desse quadro foi convocada uma reunião, na qual Neto, *visivelmente irritado*, afirmou que se havia intelectuais que queriam continuar em discussões políticas então que continuassem porque ele iria para as bases para fazer a guerra. E assim, segundo Adolfo Maria, a Direção deu por terminado o Movimento de Reajustamento na Frente Norte. Sua fraca mobilização e seu abrupto encerramento mostrou que longe de chegar a soluções capazes de conciliar e reestruturar o Movimento, na verdade o dividiu ainda mais. (Entrevista de Adolfo Maria, PIMENTA, 2006, p. 107)

Revolta Ativa

A partir do final do Movimento de Reajustamento forma-se um grupo de debates em torno daqueles militantes que participaram na organização do Reajustamento no Norte e que reivindicaram, em vão, o seu prolongamento e aprofundamento.

A frustração política levou esses militantes a não cessarem as discussões não só acerca das questões levantadas no Movimento de Reajustamento, mas passaram a criticar a forma como a Direção conduzira este movimento e a luta de libertação de uma forma mais geral, que encontrava-se num momento de especial estagnação. É a partir daí que Gentil Viana, Monimambo, Adolfo Maria, entre outros, resolvem lançar um movimento de contestação que trouxesse novamente aquelas discussões para o seio do MPLA.

O 25 de abril de 1974 em Portugal entrecruzou-se com mais este momento delicado no interior do movimento de libertação e representou, de certa maneira, uma perda de

apoios políticos à contestação que se estava criando, pois alguns consideraram não ser o momento oportuno, uma vez que com a queda do salazarismo vislumbrava-se, finalmente, um caminho mais curto para independência.

Todavia, longe de pôr um ponto final à contestação, o 25 de abril de 1974 para alguns, significou, mais do que nunca, o momento fundamental. Assim, a 11 de maio de 1974 foi lançado um Apelo a todos os militantes e quadros para que se fizesse uma análise da situação do MPLA de modo que se pudesse reestruturar a organização. Destaca, de início, o perigo que corria o MPLA de desagregar-se completamente, diante da falta de estímulo, recursos e homens por conta da incapacidade da Direção de gerir todo o processo de luta. O alvo da crítica foi em especial Agostinho Neto e sua postura chamada de antidemocrática:

Todas as instituições do MPLA reduzem-se, actualmente, ao presidencialismo absoluto. Tal poder paralisa os quadros e os militantes, destrói as estruturas, desorganiza a planificação das tarefas e a correspondente execução. Entre toda a massa de militantes e quadros, só uma pessoa, o Presidente, conhece a proveniência e o montante dos fundos da Organização e dispõe deles sem qualquer controlo legal. (Apelo da Revolta Ativa aos quadros do MPLA, Brazzaville, 11 de maio de 1974, TALI, 2001, p. 364)

O debate democrático era o caminho pensado para solucionar a situação geral de fragmentação política e das difíceis condições da luta. No entanto, convém destacar a concepção dos membros da Revolta Ativa de nação e de nacionalidade. Neste jogo de inclusão e exclusão, integrava a nação e, portanto, conquistava o direito à nacionalidade, todo aquele que tivesse lutado contra o colonialismo. Deste modo, o critério de definição do “nacional” estava longe de ser o racial. A unidade nacional construía-se em torno da luta anti-colonial. Isso é especialmente importante, pois pretendida reforçar suas condições de brancos, mestiços e intelectuais na luta em um MPLA que, a despeito do discurso de que não havia considerações de ordem racial, étnica, social, passara progressivamente colocá-los a sombra:

A exploração e a opressão coloniais constituem o maior flagelo para grande maioria dos sectores sociais da nossa população, e isso,

independentemente da sua origem racial, étnica ou nacional. A Nação angolana está em formação e todos os que lutam realmente contra o inimigo colonialista são objectivamente nacionais angolanos.

[...] O facto de resistir à colonização cimentou a Nação em construção. Constitui um dever sagrado de todos os nacionais, independentemente da sua ideologia política, local de nascimento, sexo, origem racial ou étnica, da sua religião ou da nacionalidade dos seus antepassados, lutar pela construção de uma Angola definitivamente liberta do flagelo colonial. (Apelo da Revolta Ativa aos quadros do MPLA, Brazzaville, 11 de maio de 1974, TALI, 2001, p. 360)

Um panfleto anônimo, mas com fortes indícios de ter sido escrito pela direção do MPLA e que circulava em Brazzaville, deu o tom da falta de interesse de tentar discutir as questões levantadas no Apelo, mas ao contrário, buscou o ataque e a desqualificação rápida de alguns de seus integrantes. Em relação a Mario de Andrade afirma que *abandonou nossa luta em 1963 vivendo em Paris, trabalhando e ganhando seu dinheiro, gastando-o individualmente em cabarés, cinemas, etc, tornando-se um senhor rico*. Já sobre Maria do Céu Carmo Reis defende ser esta *amante de um dos ministros do Governo Congolês, abandonando o Internato 4 de fevereiro [...] para então juntar-se com o seu querido*. João Vieira Lopes, assim como outros militantes, teria feito *cursos superiores com o dinheiro do MPLA, que depois vendo-se intelectualizados arranjaram o s/emprego bem remunerado, nos países africanos já independentes, na Europa e até mesmo na América*. (Panfleto Anônimo, redigido em Brazzaville em resposta ao Apelo da Revolta Ativa, TALI, 2001, p. 374)

A isto devemos acrescentar que oficialmente a direção do MPLA levantou a bandeira do oportunismo, diante dos acontecimentos do 25 de abril de 1974. O objetivo dos autores do Apelo de formar um congresso do Movimento que pudesse discutir todos os seus problemas, foi atendido não por uma vontade propriamente dita da Direção, que já havia se mostrado pouco disposta a debates, mas muito mais por fortes pressões dos governos dos países limítrofes como o Congo, a Zâmbia e a Tanzânia.

O Congresso de Lusaka, que se realizou, após uma complexa negociação entre a Direção, as duas dissidências Ativa e do Leste e os países limítrofes já citados, na

capital zambiana, mostrou, no fim das contas, toda sua fragilidade e incapacidade, em grande parte pela falta de interesse da Direção do Movimento, de alcançar soluções de compromisso. Nesse sentido, esse foi mais um espaço em que longe de se iniciar debates em torno dos problemas internos, nomeadamente de ordem social, política, étnica e racial, foram utilizados justamente esses argumentos para se construir a ilegitimidade dos dissidentes. Isso foi especialmente levado a cabo pela figura de Nito Alves, guerrilheiro que lutara na 1ª Região e que fora para o Congresso na condição de delegado e, portanto, representante regional. Em seu discurso, fica bastante evidente a desqualificação dos revoltosos, em especial àqueles da Revolta Ativa, por conta de sua condição financeira e de intelectual. Sendo assim, não havia, a priori, razão para dar voz as suas reclamações. Tratava-se de uma estratégia política que conseguiu, mesmo as custas da quase fragmentação total do Movimento, manter Agostinho Neto como líder máximo. Segundo Nito Alves [...] *como é bom ao fariseu intelectualista tentar jogar burlescamente com o sofrimento e sacrifício de quem suporta os incríveis horrores desta guerra, com o risco permanente da sua própria vida* [...] Como demonstrar, de resto, a legitimidade do estardalhaço ‘apelo da Revolta Activa’, quando se sabe que os intelectuais que o fabricaram a muito tempo assinaram unilateralmente o seu divórcio com a guerra revolucionária angolano. (Discurso proferido por Alves Bernardo Baptista, Nito Alves, no Congresso de Lusaka em Agosto de 1974, TALI, 2001, p. 380-1)

Foi nessas condições de tensão que ala presidencialista promoveu deliberadamente o esvaziamento do Congresso de Lusaka, chegando mesmo a abandoná-lo. Assim, a Conferência Inter-Regional de Militantes, que aconteceu logo em seguida a Lusaka, funcionou como resposta as pressões externas e das duas dissidências, que não participaram desse novo encontro, numa tentativa de reorganizar o Movimento diante das novas circunstâncias, promovidas, sobretudo, pelo golpe de Estado em Portugal. Grosso modo, as discussões giraram em torno de questões internas, sobre as perspectivas da independência, descolonização e a questão da nacionalidade do futuro Estado independente.

Branco e mestiço serão angolanos?

Para este trabalho, interessa aprofundar as questões abordadas na Conferência Inter-Regional, relativas à nacionalidade e especialmente sobre o lugar dos brancos e mestiços na futura Angola independente, pois esse foi certamente um tema conflituoso. A própria definição dessa questão como prioridade já nos mostra, de partida, de que modo a questão racial, muitas vezes negligenciada no debate no Movimento era importante e como em torno dela nunca se encontrara um consenso. Dito isso, é possível delinear duas posições opostas. Uma que era contrária a concessão automática da nacionalidade aos brancos, defendida pelos delegados do interior e, outra que levava em consideração a participação de ativistas brancos na luta de libertação e, por este motivo, não se opunha à concessão da nacionalidade com tanto que se inscrevessem a certos critérios, posição defendida pelos quadros e militantes de base da Frente Leste. Desta forma, a resolução aprovada pela direção do MPLA ao final da Conferência advogava:

1. O direito de permanência no país para todos os estrangeiros que se sujeitem as leis e que não sejam abrangidos pelo ponto 5; 2. Direito de nacionalidade reconhecido a todos os que nasceram em Angola e a todo o estrangeiro que participou na luta de libertação nacional; 3. Direito de nacionalidade para todos os filhos de estrangeiros nascidos em Angola, com direito de opção da nacionalidade dos progenitores [este ponto foi eliminado]; 4. Direito de naturalização para os estrangeiros que satisfaçam as condições previstas pela lei; 5. Negado o direito de nacionalidade a todos os estrangeiros que atentem, por actos comprovados, contra a luta de libertação e a dignidade do Povo angolano; 6. Reafirmar o programa do MPLA em todos os pontos relativos a comunidade estrangeira de Angola, quer no respeitante aos direitos da pessoa humana, quer no respeitante a protecção dos seus bens. (O Problema da Comunidade Branca, TALI, 2001, p. 227)

Portanto, longe de qualquer suposição de que seria determinado pelo nascimento, ou seja, um dado natural, o caso angolano mostra-nos com bastante clareza o carácter

socialmente construído de nação e nacionalidade. Os brancos naquelas condições de luta anti-colonial, não sofriam pela sua cor em si (como temos assinalado), mas sim com os privilégios e as possibilidades que no passado eram acessíveis, a, digamos, essa categoria. Desta maneira, a angolanidade de brancos e mestiços fora posta em causa, deslegitimada, assim como, tudo o que haviam feito em benefício da luta por um país independente.

A Conferência Inter-Regional de Militantes encerra-se com saldo positivo para a ala presidencialista, pois além de ter sido feita uma reorganização e alargamento das estruturas do Movimento, ela proporcionou o encontro dos militantes do interior com aqueles da clandestinidade dos centros urbanos. Não foi à toa que a 21 de outubro de 1974, Agostinho Neto, assinou junto às autoridades portuguesas, como representante do MPLA, o acordo de cessar-fogo que colocava um ponto final a uma guerra de treze anos de duração. Este fato simbolizou o triunfo sobre as duas dissidências.

Em seguida a sua Conferência, o MPLA – e de resto, seus rivais FNLA e UNITA – viram a necessidade, que de certo modo tornou possível alguns acordos de reconciliação, de afirmar “o princípio da legitimidade revolucionária”, que excluía, por seu turno, da partilha do espaço político angolano as organizações não-armadas. É nesse contexto pós-25 de abril que se iniciam as conversações que iriam definir, juntamente com Portugal, um governo de transição em Angola.

Definido através dos Acordos de Alvor, assinado pelos três movimentos de libertação e Portugal, o governo de transição em Angola que poderia ter sido o elemento de unificação do nacionalismo angolano acabou por mostrar-se, nos meses em que se seguiu, o cenário privilegiado de conflitos e disputas entre os três movimentos, que acabou por inviabilizar qualquer tentativa de reconciliação e, por conseguinte, de divisão pacífica do espaço político.

Antes de abordarmos propriamente o governo de transição, convém pensarmos exatamente a questão do nacionalismo angolano. Sendo assim, salientarmos de partida nosso distanciamento em relação a certa perspectiva que concebe a divisão do nacionalismo angolano pautado somente num prisma étnico, que realiza uma vinculação direta e linear dos movimentos de libertação aos principais grupos etno-linguísticos angolanos. Grosso modo, é feito uma conexão FNLA-bakongo, MPLA-kimbundo e UNITA-ovimbundu. A história do MPLA no contexto da transição mostraria, como veremos, a fragilidade dessa leitura.

Nesse sentido, como defende Christine Messiant, bem mais que um produto das oposições étnicas, a autora acredita que a divisão do nacionalismo angolano deva ser analisada como tradução da competição pelo poder político entre as diversas elites dentro do movimento nacionalista. Essa rivalidade se fundaria sobre as diferenças sociais e culturais devidas ao desenvolvimento histórico e espacial desigual da colonização portuguesa, num contexto de polarização ideológica em torno de dois tipos de elites geograficamente separadas. (MESSIANT, *Lusotopie*, 1994)

Uma é parte minoritária dos assimilados, não brancos, mestiços ou negros, que a colonização distinguiu estatutariamente a partir da virada do século XX, para satisfazer determinadas condições, notadamente culturais. Os nacionalistas que constituem o MPLA, que se forjaram, como visto, como estudantes e nos meios estudantis europeus e, em especial, em Portugal, são derivados desta elite, que não se define por sua origem étnica e menos ainda por sua cor – ela é composta majoritariamente por mestiços mas também de negros – mas sim por sua trajetória histórica comum que conheceu: ela é o resultado da burguesia colonial multiracial que existiu até o século XIX, frequentemente branca e, de língua materna portuguesa, massivamente católica.

É em outro meio e por um percurso bem diferente que se constituiu durante os mesmos anos a FNLA. Ela nascera em um meio bakongo, não em Angola ou na Europa, mas dentro da numerosa e antiga migração bakongo ao Congo Belga, sobretudo em Léopoldville, onde o movimento de contestação à dominação colonial assumiu formas marcadas pelas particularidades dessa colonização, onde a segregação racial era forte por parte da elite, e se fez através de uma exaltação da raça negra e do povo bakongo. Desta forma, a FNLA se constituiu como um movimento etno-nacionalista em que a direção congrega membros que pertenciam às famílias protestantes da aristocracia real congoleza. A base popular aparece na altura da reivindicação pela independência. Sua ideologia é marcadamente um nacionalismo liberal, mas africano radical, porque oposto radicalmente não somente ao colonialismo, mas aos colonos e à imposição da cultura européia.

Messiant também enfatiza que no fim dos anos 1950 e início do anos 1960 o contraste era extremo entre essa elite pouco marcada pelo colonialismo português e aquela que fundou o MPLA. Os antigos assimilados que tinham lugar na direção do MPLA consideravam a direção da FNLA composta de estrangeiros migrantes, racistas, tribalistas e reacionários, culturalmente não angolanos. Os dirigentes da FNLA viam a direção do MPLA como uma elite culturalmente não africana, que foi assimilada,

dominada por mestiços que se viam como filhos de colonos e que almejavam a independência para tomar o lugar dos brancos. Desta maneira, é sobre essa rejeição recíproca radical que as diferenças político-ideológicas e os alinhamentos da Guerra Fria irão se enxertar.

É entre esses dois pólos fortemente opostos que vão se situar os outros nacionalismos angolanos. Entre esses, por exemplo, teremos os assimilados que se distinguem por uma outra trajetória histórica e podem ser chamados de “novos assimilados”: eles não são derivados da antiga burguesia colonial, mas da sociedade africana colonizada e dos indígenas. São negros e sua língua materna é uma língua africana. Tiveram acesso à assimilação no século XX somente, e num número maior após a Segunda Guerra Mundial, graças ao ensino missionário que tiveram. Se esses novos assimilados compartilhavam com os antigos o fato de não serem uma elite étnica ou neo-tradicional, e também de serem uma elite assalariada, a assimilação que adquiriram não os abriu as portas da promoção, do acesso. Eles são freados racialmente e socialmente, depois da 2ª Guerra, não somente pela chegada de colonos, mas também pela existência desta elite de antigos assimilados que optaram pelo distanciamento. Tal distanciamento vem da sua cor e de sua experiência social como africanos, de perceberem sua diferença como descendentes da antiga burguesia, na qual os mestiços eram dominantes em termos raciais e sociais. Em face à superioridade, esses outros tenderam a valorizar sua própria superioridade, resultado de sua conexão com os indígenas, sua africanidade e sua cor.

Neste campo polarizado entre MPLA e FNLA, Messiant defende que esses “novos assimilados” se situaram em função da complexa experiência e de suas ligações sociais. Contrariamente aos “antigos assimilados” e bakongos “evoluídos” (a elite bakongo se auto-denominava evoluída), que se organizaram uns e outros sobre as bases políticas que correspondiam a sua posição sócio-cultural, eles se dividiram e alinharam-se em um ou em outro campo. Isso ocorreu em função das linhas de fratura específicas de seu grupo, religiosidade e regionalidade-etnicidade.

Marcelo Bittencourt também alerta para o fato de que a disposição inicial dos movimentos de libertação acomodava apenas duas grandes formações, já que a UNITA foi criada somente em 1966. E essa bipolarização não poderia nunca ser encarada como sinal de que apenas bakongo e kimbundu lutaram pela independência. O nascimento da UNITA, como dissidência da FNLA, constitui uma prova da necessária ponderação que deve ser feita com respeito a essas associações entre movimentos políticos e grupos

etnolinguísticos, já que o principal argumento do grupo de Savimbi era o tribalismo dos dirigentes da FNLA, na sua maioria bakongos. Mesmo levando em conta os interesses políticos implícitos nesse argumento, também fica claro que o objetivo do grupo dissidente era o distanciamento de tal caracterização. Lembra também que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, a UNITA se fixou, inicialmente, em território *chokwe e ganguela, e não numa área de predominância ovimbundu*. A associação existente entre este grupo e o movimento de Jonas Savimbi só será estabelecida de forma mais expressiva em 1974. (BITTENCOURT, 1999, p. 140)

É esse nacionalismo fragmentado que fora responsável pelo surgimento de diferentes campos de luta contra o colonialismo português que, no momento da transição, se reforçou e intensificou a luta política entre os Movimentos de libertação. Luanda, cenário especial dessas lutas foi onde o MPLA conseguiu, através de uma série de alianças, que veremos em seguida, fortalecer-se politicamente e destacar-se de seus rivais que poderiam, com mais ou menos força, ameaça-lo. O MPLA foi capaz, diferentemente da FNLA e da UNITA, de ampliar suas bases para além da base étnica-regional kimbundo, conquistando importantes apoios no meio urbano luandense: as Comissões Populares de Bairro (CPBs), os Comitês de Ação, as associações de estudante, os sindicatos, as comissões de trabalhadores e os partidos políticos não-armados. Segundo Tali,

em comparação com os seus dois rivais armados, o MPLA dispunha, portanto, de trunfos não desprezíveis para a disputa do espaço político e que foram essenciais, sobretudo, na sua capacidade de mobilização política da juventude urbana. O MPLA foi, para esse efeito, mais apto a selar com grande rapidez alianças com sectores particularmente móveis e politizados dos centros urbanos, em particular da capital. Mas soube igualmente aliar a si os sectores mais politizados da comunidade branca. (TALI, 2001, 63-4)

Foram essas alianças, sem dúvida muito heterogêneas e, por vezes, conflituosas, que deram concretude e possibilitaram a idéia já existente no MPLA de proclamar unilateralmente a independência de Angola.

Cinema e música: espaços de conflito

Ainda que a produção cinematográfica não tenha destaque, não se pode ignorar sua existência. *Sambizanga*, conhecido musseque da periferia de Luanda foi o nome dado ao filme produzido por Sarah Maldoror em 1972. O filme trata dos anos 1960 abordando a prisão de Domingos Xavier, um homem comum que é representativo do povo e a trajetória de Maria, sua mulher, que vai tecendo uma série de contatos na tentativa de libertá-lo, ao mesmo tempo que vai se despertando para a luta contra a opressão colonial. O final do filme é marcado pelo anúncio da morte de Domingos Xavier e pela sua eternização no coração do povo angolano, pois apesar das torturas não revelara o segredo do Movimento: o ataque as prisões a 4 de fevereiro de 1961. Assim, o filme busca construir a gênese da luta de libertação favorável, claramente, ao MPLA.

Importante é destacar o momento de produção de *Sambizanga*, pois o ano de 1972 é marcado por todas as tensões internas e pelas disputas com os outros movimentos. Neste sentido, o filme, produzido exatamente onde a direção do MPLA estava – no Congo Brazzaville – e utilizando como atores os guerrilheiros do movimento pretende, na medida em que aborda o início da luta reafirmar o papel histórico do MPLA e, portanto, a manutenção da luta.

Em apoio ao MPLA existiu também alguma produção musical que merece ser destacada. Durante a luta armada, é possível perceber que as letras musicais abandonaram as sutilezas das crônicas cotidianas que retratavam as injustiças sociais, passando a acusar diretamente os portugueses e os seus aparelhos repressores como promotores/agenciadores das adversidades. (MENEZES, 1998, p. 17) Admito que o mais interessante no trabalho com músicas seria investir uma análise sob os autores, as redes de produção musical e os circuitos de circulação das mesmas, de modo que, no melhor estilo da história social, poderíamos pensar de forma mais consistente sobre a relevância, influência e capacidade de mobilização. Apesar disso tudo vale apresentar, a título de exemplificação, duas músicas que se destacaram nesse período. A primeira, *Eles querem comer tudo de 1975*, de Carlos Lamartine:

Eles querem comer tudo
E não querem deixar nada
Já tem a barriga cheia
Estão podres de dinheiro
São os latifundiários
Que pretendem ser cada vez mais

São nazistas de raça que até carne de gente
comem
E nós trabalhadores
Camponeses e operários
Nós não temos nada
E quando os homens se olharem

São os doutores de panela que tem sede de poder	E não se notarem diferenças
São os fascistas de tacho que fardados de flanelas com divisas coloniais	Tu Angola, será a mais primeira das nações livres do mundo
São os fantasmas da identifiã que escutam nas janelas dos bairros pobres	

A segunda música, logo abaixo, composta por David Zé e intitulada *As cinco sociedades* oferece, pedagogicamente, uma ligeira história – etapista – das sociedades, reforçando, no final, a importância da luta de libertação para a conquista da independência angolana. Note-se o declarado apoio e a aproximação ao projeto do MPLA de construção do nacionalismo que, ainda que de forma delicada e conflituosa, como vimos, busca estabelecer um lugar para brancos, mestiços e negros.

Para o povo angolano eu vou cantar	Do capitalismo derivou o imperialismo
A historia das 5 sociedades	O imperialismo monopólio dos capitalistas
Desde o comunismo primitivo	O explorado então sentiu necessidade
O homem aderiu a sociedade	De lutar para ter a sua independência
A ambição do homem fez aparecer outras classes	[...]
Depois então apareceu o escravagismo	Pegou em armas e luta
Depois apareceu o feudalismo	Portanto, a luta continua
Depois apareceu o capitalismo	E a vitória é certa!
Ai a exploração era mais moderada	[...]
O homem era obrigado a vender suas forças	A paz vê reunir todas as cores
Para ter o pão de cada dia	Seja preto, branco ou mulato
	Com o MPLA, a reação não passará

III

Destruir o velho para construir o novo

Em nome do povo angolano o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, proclama solenemente perante a África e o mundo a Independência de Angola. Nesta hora, o Povo angolano e o Comité Central do MPLA observa um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela independência de Angola (Discurso de Agostinho Neto, em Luanda, às zero horas e vinte minutos do dia 11 de Novembro de 1975)

Declarada a independência unilateral a 11 de novembro de 1975 em Luanda, ao mesmo tempo em que a coligação FLNA-UNITA proclamava também a Independência em Huambo (ex-Nova Lisboa), o MPLA define-se como único movimento legítimo e verdadeiramente representante da Nação angolana.

Para a Angola independente o Movimento propusera a construção de um homem novo, capaz de conduzir o país nascente, em oposição ao homem velho, que seria uma derivação das relações de produção capitalistas do período colonial e pré-capitalistas no sentido daquelas próprias da economia de subsistência tradicional africana.

O homem novo se construiria fundamentalmente, em sua relação com o trabalho e com a produção. Na leitura do MPLA, a produção no período colonial era marcada pela anarquia, isto é, pela existência da propriedade privada dos meios de produção, sendo cada capitalista livre para produzir de acordo com seus interesses específicos. Esta anarquia seria abolida através da instauração de um sistema planificado de produção, no qual, os meios fundamentais de produção passariam as mãos dos trabalhadores, o que faz com que o caráter do trabalho mudasse radicalmente. Isto porque os trabalhadores trabalhariam para si próprios e não mais para os colonizadores exploradores. Nas palavras de Agostinho Neto *produção é, portanto, um dos aspectos mais importantes da nossa reconstrução nacional. Mas a reconstrução é também a mudança dos métodos de administração e da atitude política perante o nosso Povo é sobretudo uma nova compreensão ideológica da dialética do desenvolvimento social.*

(Coleção Resistência: Destruir para Construir Melhor, Texto nº 5, Edição do Departamento de Informação e Propaganda (D.I.P), p.16.)

Estabelece-se uma estratégia em que o trabalhador é redefinido por uma moral e por um comportamento revolucionário e, ao mesmo tempo, objeto e (re) produtor do discurso. Não se tratava apenas de levar a cabo um comportamento profissional no âmbito das funções que se exerciam, mas de promover certa moral e apresentá-la aos seus pares, não somente na fala, mas especialmente por meio de suas “boas ações”. Desta forma, o alvo expande-se e atinge não só o domínio do público, mas também do privado. Tratava-se de envolver toda a sociedade ou o “Povo” – para ficar na classificação do Movimento – no projeto político.

A disciplina joga papel fundamental, como técnica de poder que circula nas relações entre os agentes⁸ e garante, ainda que pretensamente, pois estamos trabalhando com a dimensão discursiva, a formatação global do homem novo.

Mas, disciplina não significa apenas a presença no trabalho e a pontualidade. O seu conceito é mais amplo: requer um aproveitamento integral do tempo, efectuação com melhor eficácia possível das tarefas atribuídas; menos tempo passado fora do local de trabalho, acatamento das diretrizes da administração, etc. [...] Atrasos, faltas injustificadas e descuido na utilização dos meios de produção, são manifestações de indisciplina que provocam atrasos na Revolução, que constituem pontos vulneráveis e enfraquecem os trabalhadores, na medida em que são aproveitados pelo inimigo. (O Partido na luta pela elevação constante da produtividade do trabalho como factor decisivo para o triunfo do Socialismo. Documentos do D.E.P para o I Congresso, Outubro 1977, p. 37)

O objetivo maior era suplantar as diferenças, através, exatamente, do estabelecimento de um novo comportamento, o que deixa claro que posicionamentos de ordem étnica e racial, regionalismos ou qualquer outra forma de divisionismo ou *fraccionismo* não tinham lugar, já que dividiam a nação. Nesse sentido, o proletário e o

⁸ Entendendo disciplina e poder como circulantes e não detidos por alguém, assim como define Michel Foucault. Ver FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Editora Vozes: Petrópolis, 2007.

camponês, numa perspectiva socializante, foram eleitos objetos preferenciais e assim, alvos do discurso.

É a partir de 1976, quando o marxismo-leninismo é adotado como filosofia orientadora, que o MPLA define com mais clareza sua posição político-ideológica. Não à toa, palavras de ordem como *servir de exemplo no trabalho produtivo e em toda a sua vida social e privada, assimilar e levar à prática os princípios do marxismo-leninismo e combater intransigentemente as idéias e as práticas incorrectas*, são dirigidas aos agentes mais dinâmicos na transformação da sociedade angolana, ou seja, o operário, o camponês, como já dito e, inclui-se os intelectuais revolucionários e a pequena burguesia patriótica.

A declaração do Bureau Político do MPLA dedicada ao aniversário de um ano da independência, e o 20º aniversário do MPLA, segundo a data oficial, oferece-nos de forma interessante a dinâmica social através da qual se pretendia construir a unidade nacional e o homem novo angolano. Para tanto, tratava-se de *fazer renascer os [...] valores culturais, revigorá-los com os conhecimentos científicos [adquiridos], criando uma nova cultura, fundada na [...] originalidade, mas adaptada à Nova Sociedade que [pretendia-se] construir e ao Novo Homem angolano, que [queria-se] criar*. Especialmente no item intitulado “tarefas concretas a desenvolver”, o documento sugere as questões fundamentais que deveriam orientar a prática do que chamavam “grupos e comités de ação” que se formariam nas fábricas, no campo, nas escolas, nos bairros e também nas FAPLA: consolidar a independência nacional, tendo como base o campo e a indústria como fator decisivo, forjando no trabalho a unidade entre campo e cidade, sendo a escola um apoio, reforçando a economia por meio do apoio ao socialismo e aos países socialistas e, desta maneira, atingindo a unidade nacional e ideológica. (*Semanário Angolense*, nº 102, 20 de Novembro de 1976, p. 14.)

Nas fábricas a orientação era no sentido do desenvolvimento de intenso trabalho político para que a consciência de classe pudesse ser despertada. Tal consciência era fundamental, pois era através dela que se poderia compreender a luta em torno dela, ou seja, aquilo que era tão caro ao discurso socialista, a luta de classes.

No campo fixava-se a importância da aliança entre camponeses e operários, assim como, o desenvolvimento de agitação e mobilização política. Só desta forma poder-se-ia realizar a organização de cooperativas de produção e empresas estatais, além de fomentar um espírito voltado para o coletivo.

As FAPLA, que no passado garantiram a vitória contra os “invasores do país” deveriam, naquele momento, unir-se a população para assegurar as conquistas das classes trabalhadoras.

Nas escolas dever-se-ia promover discussões coletivas sobre as questões referentes ao MPLA, mas o principal era a promoção da alfabetização do “Povo”, num esforço de ligação entre o estudo e a produção.

Nos bairros era imprescindível a união de todas as estruturas do movimento (comissões populares de bairro, OMA, JMPLA, UNTA) para um trabalho de atividade política e cultural, visando soluções para os principais problemas de cada bairro.

Deste modo, ainda que de forma genérica, o MPLA lançava e reforçava seu objetivo de construir a nação e o homem pertencente a ela. Não devemos, entretanto, perder de vista, que aquilo que foi definido como discurso oficial não é auto-aplicável, no sentido de que não devemos supor que aquilo que foi projetado foi diretamente incorporado. Se supusermos que o discurso oficial foi lido monoliticamente por todos os “camaradas” do Movimento, não poderíamos entender as tensões internas a ele, as permanências dos regionalismos, *tribalismos* e, em última instância dos fraccionismos.

Homem novo real ou utópico?

Geração da Utopia, romance de Pepetela, pretende ser um retrato das glórias e das sombras que permearam a sociedade angolana na luta de libertação, mas com mais ênfase no pós-independência. O autor viaja por espaços e tempos anteriores e posteriores àqueles abordados em *Mayombe*, ou seja, do fim do período colonial, passando pela luta de libertação, alcançando a independência e alguns anos posteriores a ela.

O romance expõe a proposta de formação de *uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamentos, o Paraíso dos cristãos*. Mas, a despeito desta, vai deixando claro o progressivo desencanto, estilhaçamento e esgotamento daquele projeto, daquela utopia. Esse sonho coletivo cedeu à busca de interesses particulares e *tudo se adulterou, tudo apodreceu [...] quando as pessoas se aperceberam que mais cedo ou mais tarde era inevitável chegarem ao poder. Cada um começou a preparar as bases de lançamento*

para esse poder, a defender posições particulares, egoístas. A utopia morreu. [...] Dela só resta um discurso vazio. (SANTOS, 1993, p. 202)

O gosto amargo é deixado pela percepção de que os mesmos homens que embalaram em seus braços os sonhos de uma Angola independente e próspera foram os que com o passar dos anos envolveram-se em esquemas que favoreciam uns poucos em detrimento de muitos, em um sistema corrupto que evidenciava a falência da empreitada utópica. Rita Chaves em sua análise do romance ressalta que *as diferenças deixam de ser diversidade para se transformarem em capital de negociação, em patrimônio para obtenção de vantagens na sociedade ainda em formação.* (CHAVES, *Revista Via Atlântica*, nº 2, julho de 1999, p. 228-9)

O narrador tenta explicar essas vantagens pelo suposto direito que os ex-combatentes acreditavam ter obtido ao participar da luta; as vantagens seriam justificadas como forma de pagamento pelo suor, pela juventude ida, pelo sangue derramado. Assim, *toda essa malta que lutou pensa que tem todos os direitos porque lutou. Os privilégios que se inventaram encontram justificação no facto de terem feito apenas a sua obrigação de patriotas. [...] Inventaram um sistema que tudo funciona por esquemas. Não há lugar para os marginalizados.* (SANTOS, 1993, p. 208)

Outro romance de Pepetela que segue nessa mesma perspectiva de crítica ao governo pós-independente do MPLA é o *Cão e os Calús*. Escrito tal como uma crônica, foi elaborado a partir de inquéritos sobre as andanças de um cão pastor-alemão e os seus donos ocasionais, que se tornam os múltiplos narradores. Esse recurso utilizado por Pepetela permitiu dar voz a diferentes personagens e suas diversas funções sócio-políticas. É através dessa polifonia e da sátira social que o autor reconstrói o microcosmo da cidade de Luanda. Nesta obra, questiona os projetos de "nação angolana" e de "unidade nacional" através novamente das denúncias à burocracia, à corrupção e aos conflitos étnico-racial. Há um momento emblemático no texto, selecionado abaixo:

Mas como querem que se ponha esta Babilónia em ordem se aqui vivem malanjinos, ilhéus, ambakas, umbundos, quiocos e até mesmo mulatos? Dos brancos, já nem se fala, é uma confusão de brancos de vários cambiantes, angolanos (dizem!), suecos, franceses, soviéticos, brasileiros, cubanos, portugueses [...] De quem a culpa? A gente não trabalha, dizem os não-filhos da terra. Mas nós, os genuínos, sabem

o problema reside na diversidade da população [...] Daí vem o drama todo. Se me deixassem, expulsava daqui todos os não-genuínos, todos, esses é que empestam a cidade. (SANTOS, 1988, p. 30-1)

A leitura do personagem a respeito da composição luandense mostra-nos que para além do projeto e da retórica do MPLA que, como vimos, pretendia construir a nação angolana através do homem novo, os conflitos de ordem étnico-racial permaneceram, ficando bastante evidente a distancia entre o discurso socializante e as rivalidades existentes. Nesse sentido, percebe-se a fragilidade e a incapacidade do MPLA, na medida em que evitou, quando não negou, incluir na discussão sobre nação e nacionalidade essa questão, como, de resto, sempre se posicionara ao longo da luta de libertação.

Existe ainda outra obra que se aproxima dos trabalhos de Pepetela na crítica ao Estado angolano pós-independente. O livro *Quem me dera ser onda*, de Manuel Rui, conta a saga de uma família luandense que, buscando escapar da escassez de comida, cria um porco no sétimo andar de um edifício para engordá-lo até o período do Carnaval, quando pretendiam matá-lo e usufruir, enfim, de sua carne. (RUI, 1989)

Manuel Rui explicita de maneira clara e direta uma crítica política feroz, mas ao mesmo tempo bem-humorada à corrupção, as enormes “bichas” (filas), através das quais a população tentava adquirir alimentos em lojas estatais, mas muitas vezes não conseguia ou porque a quantidade não era suficiente para todos ou porque simplesmente faltava aquele gênero no mercado, como era o caso da carne que se a muito não fazia parte da dieta da população – que vivia numa espécie de “peixefritismo”, para usar a expressão do próprio autor – ainda era freqüente nas mesas dos altos escalões do governo. Era esse Estado que pretendendo-se máximo, “metendo seu nariz em tudo”, mostrou-se mínimo, na medida em que a narrativa vai nos mostrando que não dava conta de nada. A morte do porco, no final do livro, é metaforicamente a morte dos ideais da revolução, que não sobreviveram aos descaminhos que se seguiram na construção da nação angolana.

Novamente, é a falência da almejada unidade nacional para a Angola pós-independente que está sendo evidenciada. Longe de ser forjada, a busca do MPLA em organizar a nação através da perspectiva da teoria socialista para alcançar a superação das diferenças, mostrou-se insuficiente. Acredito que o equívoco esteve exatamente em

defender uma perspectiva supra-racial e supra-étnica, pois na medida em que o MPLA não esteve interessado em tocar nesta questão – entendida como uma reminiscência da época colonial que deveria ser eliminada – não houve interesse na procura de soluções para as diferenças. Ao não partir das identidades étnicas e dessa realidade, o projeto político do MPLA não encontrou, no final das contas, repercussão nas práticas sociais, e os livros, enquanto fontes históricas, são capazes de muito bem demonstrar isso.

Assim, e apesar das críticas presentes na literatura angolana, não se pode ignorar que foi em nome da reconstrução e da tão cara unidade nacional que qualquer tentativa de crítica a direção do MPLA e aos caminhos escolhidos por ela durante o primeiro governo independente foi considerada perniciosa e inadmissível por levar ao enfraquecimento do trabalho coletivo. Na medida em que não se discutiu os temas raça e etnia, o MPLA criou a imagem de que acionar argumentos desta natureza era algo terrível, abominável.

Uma nova cisão: nitismo e o 27 de Maio de 1977

Talvez a melhor evidência de que o homem novo idealizado e a unidade nacional nunca tenha se tornado uma realidade político-social seja a dissidência nitista e o episódio do 27 de maio de 1977. A leitura racista, uma das dimensões do discurso nitista, demonstrou que não se havia superado o passado colonial e suas estratificações.

Liderança principal dessa crise sem precedentes na história do MPLA, Nito Alves fora guerrilheiro da Iª Região durante a luta de libertação e exercera, em 1974, papel importante no Governo de Transição mobilizando especialmente a população mais empobrecida, sua futura base de apoio.

De fato, após a proclamação da independência foi se definindo progressivamente uma orientação política paralela a do MPLA. Durante o ano de 1976, Nito Alves, na posição de Ministro do Interior do Governo de Agostinho Neto, começaria a criar mal-estar numa parcela da direção com seus discursos inflamados de orientação marxista-leninista⁹. A questão fundamental que colocaria em rota de colisão, em poucos meses, a tendência nitista e a direção seria a forma de estruturação do poder popular. Ainda que o próprio Comitê Central tivesse aprovado o projeto do poder popular, haveria, certamente, duas concepções divergentes acerca do modelo de estruturação. Nito Alves

⁹ É preciso ressaltar que durante o ano de 1976, Nito Alves, migrou de uma linha maoísta para um modelo pró-soviético.

entendia que os órgãos de poder popular deveriam ser *órgãos de enquadramento da vida política e social do país, enquanto Agostinho Neto os concebia, quando muito, como órgãos de mediação entre a sociedade civil e o poder central.* (TALI, 2001, p. 203)

Deste modo, a tensão resultante do choque entre as propostas de uma revolução marxista-leninista e a vaga idéia de uma revolução democrática popular defendida oficialmente pelo MPLA, foi o início de um processo de pressão contra as lideranças nitistas, suas bases de apoio nos bairros populares e órgãos da estrutura do Movimento, julgados favoráveis aos nitistas.

A reunião do Comitê Central de outubro de 1976 acusou Nito Alves e José Van Dunem¹⁰ de *fraccionismo*. A Comissão de Inquérito criada para verificar a existência de *fraccionismo*, levaria alguns meses para em 20 de maio de 1977 confirmar a existência do divisionismo no seio do MPLA. A punição seria a expulsão dos dois acusados do Movimento.

As 13 Teses escritas no início de 1977 por Nito Alves em sua defesa, oferece ao historiador material importante para uma leitura estendida da conjuntura em questão. Pode-se, grosso modo, observar uma defesa rigorosa da teoria marxista-leninista e a crítica ao funcionamento das estruturas do MPLA, que estavam sendo desviadas de seus objetivos pelo então Secretário Administrativo do Bureau Político, Lucio Lara, líder da “direita reacionária”.¹¹

Acusado pelo Comitê Central de defender um ponto de vista anti-nacional, Nito Alves argumentava que a unidade nacional não poderia ser construída as custas de todo tipo de alianças. Estava falando nomeadamente da *pequena-burguesia* que, segundo ele, apresentava *todas as ambigüidades habituais a esta camada social, oscila[va] entre a exaltação e por vezes mesmo o aventureirismo esquerdista e o desânimo ou capitulação*. Para Nito Alves a unidade nacional deveria ser construída através da luta de classes, e não privilegiando novamente aqueles que durante o período colonial gozaram de vantagens. (BAPTISTA, 1977, 27maio.com/artigos/13-teses/page/2/)

Ao conjugar *classe* com *raça*, através da interpretação de que a pequena burguesia era a classe majoritariamente de brancos e mestiços – que mantiveram seus

¹⁰ Comissário Político das FAPLA.

¹¹ Elitismo, paternalismo e dirigismo constituem por consequência as três componentes fundamentais da concepção de vanguarda segundo o ponto de vista do oportunismo de direita no seio do MPLA. É evidente que a consequência imediata desta forma de conceber a vanguarda é o afastamento real dos elitistas das massas, o sectarismo em sentido ideológico.

privilégios que deveriam ser eliminados – Nito Alves produziu um argumento que teve, em certa perspectiva, uma dimensão racista.

E essa dimensão – racista – não deixou de ser explorada pelo Comitê Central. Ao acusá-lo de algo abominável, o MPLA afastava qualquer possibilidade de discutir os motivos de fundo de tais argumentos: a marginalização social de certas camadas e o favorecimento da elite, ou como Nito Alves se referia, a *pequena-burguesia*.

É preciso levar em conta que em diversas passagens de suas teses, Nito Alves defende-se desta acusação afirmando que não se tratava de uma luta contra brancos e mestiços, mas fundamentalmente uma luta a favor do término da exploração do homem pelo homem:

Com efeito, na teoria e na prática, marxismo-leninismo e racismo são dois fenómenos em contradição dialéctica de fundo irreconciliável, são dois princípios que se excluem mutuamente.

[...]

Esta verdade actuante, esta minha aquisição político-ideológica coloca-o ao serviço do avanço irreversível do nosso processo revolucionário, e é a minha prática político-social e histórico-concreta que constitui a demonstração convincente do meu inequívoco repúdio e ódio ao racismo.

[...]

Há que dizer corajosamente que deve ser combatido quer o racismo do branco para o negro ou mestiço, quer o do negro para o branco ou mestiço, quer do mestiço para o branco ou negro. Isto porque todos eles existem. (BAPTISTA, 1977, 27maio.com/artigos/13-teses/page/2/)

A avaliação do discurso de Nito Alves e da composição racial da rede nitista pode, aparentemente, apresentar um paradoxo, uma vez que se a questão fundamental era a denuncia da manutenção dos privilégios da era colonial, reatualizados no pós-independência em torno dos brancos e mestiços, seus beneficiários, é impossível ignorar que o grupo que formou-se em torno de Nito Alves comportava também brancos e

mestiços. Se compreendermos o discurso em termos de estratégia de mobilização e obtenção de adeptos, é possível perceber um uso específico de racismo que mirava os brancos e mestiços que ocupavam lugares de destaque na estrutura do MPLA. Entretanto, essa é uma das vertentes do discurso nitista e como ressaltado, é preciso ter cuidado para não subestimar a outra: havia, por certo, uma dimensão de crítica ideológica, em que o nitismo configurou-se como uma tendência política que reivindicou a realização de uma revolução marxista-leninista radical e pró-soviética.

Foi na defesa da revolução nestes moldes que a 27 de maio de 1977, aconteceria a grande investida dos nitistas, chamada ora de golpe de Estado, ora de insurreição popular, contra o MPLA. Seu fracasso marcaria o início de uma longa repressão de proporções incomensuráveis. Mais uma vez, o MPLA seguindo seu projeto, trataria de não discutir as questões referentes à *etnia* e, no caso do nitismo, como ficou flagrante a questão da *raça*.

Conclusão

Procurei demonstrar ao longo deste trabalho a relevância do estudo dos componentes étnicos e raciais para a compreensão do processo de contestação colonial, da luta de libertação nacional e também do pós-independência. Contudo, como busquei advertir, os argumentos de ordem étnica e racial devem ser relacionados a outros condicionantes tal como o político, o ideológico, o econômico, com as marcas deixadas pelo colonialismo na sociedade angolana, de forma a complexificar a análise e não a limitá-la.

Como vimos, foi marcante na trajetória do MPLA tanto na luta de libertação, quanto no pós-independência a defesa de uma perspectiva supra-racial e supra-étnica e foi devido a este posicionamento que nunca houve um interesse ampliado em discutir essas questões, entendidas como reminiscências da época colonial e, que portanto, deveriam ser eliminadas. Ainda que não tenham sido debatidas, as questões de ordem étnica e racial apareceram – e com força – em vários episódios da história do MPLA, seja através de críticas externas seja por meio de críticas internas.

No caso da crise que se abateu sobre o MPLA em 1962 e se configurou na dissidência de Viriato da Cruz, foi importante perceber que as questões que surgiram no tocante à representação racial no Comitê Diretor não foram encaradas por nós, simplesmente como um problema de caráter racial, como se o problema estivesse, na origem na cor da pele. Atentamos para uma avaliação que conjugou diversos fatores daquela conjuntura: as acusações da UPA de que o MPLA seria um movimento essencialmente de *kimbundus* e principalmente de mestiços, o fato de na altura o MPLA estar instalado no Congo-Leopoldville, área de influência da UPA, além das dificuldades de mobilização de quadros. Somou-se a isso as discussões em torno da legitimidade do mestiço e do intelectual e do lugar que deveriam ocupar na luta.

Outro momento em que as considerações raciais, e especialmente as étnicas, ganharam força foi na Revolta do Leste. Tratamos, entretanto, de ressaltar o momento em que surgiu, pois durante o período em que a luta contra o colonialismo avançou com sucesso, as diferenças étnicas entre os quadros dirigentes do Norte e a base local não foram em si suficientes para gerar uma contestação aberta contra a direção. Todavia, quando a guerrilha recuou por problemas logísticos e militares e quando se instalou um

estado de penúria material evidenciou-se a tensão em torno dos privilégios que os do Norte, chamados de *kamundongos*, *kambukoyos*, pelos do Leste detinham. Agudizados os problemas internos, o discurso político de contestação investe-se do fator étnico, deixando bastante claro que a questão étnica está longe de ser um componente natural e insuperável, que existiria *a priori*.

Já na Revolta Ativa, para além das críticas desenvolvidas pelos militantes *revoltosos* quanto à organização do MPLA e a própria gestão do processo de luta, verificamos no documento produzido – o Apelo – a necessidade de seus autores, em grande parte brancos, mestiços e intelectuais, de legitimar suas participações naquela luta. Ora, se esse reforço foi necessário é porque existiam constrangimentos que os colocava em xeque.

Proclamada a independência, não poderíamos deixar de lembrar que a construção da nação para o MPLA não passou pelo trabalho de inclusão das particularidades étnicas, mas, ao contrario, pela tentativa – em vão – de eliminá-las.

Creio ter sido capaz, ainda que com limitações na análise, de mostrar a importância e a força do fator étnico e racial, uma vez que em diferentes momentos de ocorrência de problemas internos, quer de ordem política, econômica ou militar, eles foram prontamente acionados, de forma conjugada, ou não.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Artigo 73 da Carta das Nações Unidas, www.unicef.org/brazil/uncarta.htm

Boletim do Militante. Edição de Junho 1977. Ano I. nº 3. Ministério da Educação e Cultura de Angola. Movimento Popular de Libertação de Angola.

Boletim do Militante. Edição de Setembro 1978. Ano II. nº 37. Ministério da Educação e Cultura de Angola. Movimento Popular de Libertação de Angola.

Destruir para Construir Melhor, Coleção Resistência: Texto nº 5, Edição do Departamento de Informação e Propaganda (D.I.P).

O Partido na luta pela elevação constante da produtividade do trabalho como factor decisivo para o triunfo do Socialismo. Documentos do D.E.P para o I Congresso, Outubro 1977.

Semanário Angolense, nº 102, 20 de Novembro de 1976.

Entrevistas

Entrevista de Ruy de Castro Lopo em Luanda, Angola, 19 de outubro de 1997. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt.

Entrevista de Lucio Lara em Luanda, Angola, 07 de fevereiro de 1995. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt.

Entrevista de Joaquim Pinto de Andrade em Luanda, Angola, 27 de agosto de 1997. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt.

Entrevista de Mario Afonso de Almeida em Luanda, Angola, 10 de fevereiro de 1995. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário Pinto de. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

BENDER, Gerald Jerry. *Angola sob o domínio português – mito e realidade*. Editorial Nzila – Coleção Ensaio 21: Luanda, Agosto de 2004.

BAPTISTA, Alves Bernardo. 13 Teses em minha defesa. <http://www.27maio.org/teses.php>

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.

_____. A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. IN: *Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)*. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 161-185.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo - O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Edições Afrontamento, 1999.

CHAVES, Rita. *O passado presente na literatura africana*. Revista Via Atlântica n° 7, outubro de 2004.

Coletânea do Cinema angolano. Ministério da Cultura. GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. Disco 1 & 2.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Editora Vozes: Petrópolis, 2007.

JAIME, Drumond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição dos autores, 1999.

LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana. In: SANTIAGO, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 37-59 p.

LEONARD, Yves. *Salazarisme et lusotropicalisme, histoire d'une appropriation. Lusotopie* 1997, pp. 211 – 226.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y Súbdito – África Contemporânea*. México: Siglo Ventiuno Editores, S.A de C.V, 1998.

MARCUM, John. *The Angolan Revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume I, 1969.

_____. *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume II, 1978.

MENEZES, Carlos Teles de. *O nacionalismo musical angolano*. Monografia de conclusão de curso de pós-graduação lato-sensu de História da África, apresentada ao Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1998.

MESSIANT, Christine. *Angola, Les Voies de L'Ethnisation et de la Décomposition*. *Lusotopie*, Fev. 1994.

MOORMAN, Marissa. *Of westerns, women, and war: Re-situating Angolan Cinema and the nation*. *Ethnic News Watch (ENW)*: Fall 2001; vol. 32, nº 3.

NETO, António Agostinho. *Sagrada Esperança*.
http://www.sitedeliteratura.com/Poesias/A_net01.htm

NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX*. *Lusotopie*, 1997.

NEVES, Margarida de Souza. *O bordado de um tempo: a história da estória de Esauí e Jacó*. IN: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 81, abr-jun. 1985.

_____. *História da Crônica, Crônica da História*. IN: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do rio*. Rio de Janeiro: José Olumpo/CCBB.

PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure. Nationalisme et Revoltes (1926-1961)*. Orgeval (França): Pelissier, 1978.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *O Cão e os Calus*. Luanda: União dos Escritores Angolanos. 1988.

_____. *A Geração da Utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Regressados na Cidade de Luanda: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1999.

PIMENTA, Fernando Manuel Tavares Martins. *Branco de Angola – Autonomismo e nacionalismo (1900 – 1961)*. Edições MinervaCoimbra, 2005.

_____. *Angola no Percurso de um Nacionalista – Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

ROCHA, Edmundo. *A Casa dos Estudantes do Império nos anos de fogo*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, 1997.

RUI, Manuel. *Quem me dera ser onda*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1989.

SERRA, Carlos (org). *Racismo, Etnicidade e Poder – Um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo: Ed. Livraria Universitária, 2000.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Vol I (1962-1974). Editorial Nzila – Coleção Ensaio 3: Luanda, 2001.

_____. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Vol II (1974-1977). Editorial Nzila – Coleção Ensaio 4: Luanda, 2001.